



TJ-MT

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO

**GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas**

Analista Judiciário - Administração

**CÓD: OP-159ST-24
7908403563517**

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico Matemático	23
3. Legislação Institucional	29
4. Administração e Administração Pública	39
5. Administração Financeira e Orçamentária	49
6. Noções Direito Administrativo	59
7. Noções Direito Constitucional	73
8. Noções Direito Civil	87
9. Noções Direito Processual Civil	99
10. Noções Direito Penal	113
11. Noções Direito Processual Penal	125

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2024)

Em muitas frases podemos optar entre a presença de um termo preposicionado ou de um só vocábulo: tempo de escola = tempo escolar.

A frase abaixo em que o termo preposicionado sublinhado pode ser adequadamente substituído por um só termo, é:

- (A) A sabedoria dos velhos é um grande erro. Não chegam a ser mais sábios, apenas mais prudentes;
- (B) Abrace muito, beije e ria, já que a vida é de graça;
- (C) Tente colocar bom senso na cabeça de um tolo e ele dirá que é tolice;
- (D) O ótimo é inimigo do bom;
- (E) Quem se senta no fundo de um poço vai achar pequeno o céu.

2. (2024)

Texto – A bananeira está em perigo. Conheça as soluções. (Fragmento; adaptado)

Robusta, nutritiva e abundante, ela é a fruta mais consumida do mundo. Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras. Isso significa que uma doença poderia arrasar a produção mundial. Entenda o que ameaça a banana – e a corrida para tentar salvá-la.

Por Bruno Garattoni, Renata Cardoso e Leonardo Pujol
Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado. O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado, do seu déficit cognitivo (só começou a falar aos 4 anos de idade) e dos muitos problemas de saúde que enfrentou ao longo da vida.

A bananeira é o oposto disso. Trata-se de uma planta robusta e viçosa, que cresce rápido e dá muitos frutos: a banana é a fruta mais consumida do mundo, com 125 milhões de toneladas produzidas por ano [...].

Carlos II foi o resultado de uma série de casamentos consanguíneos, em que os membros da dinastia Habsburgo tiveram filhos entre si ao longo de várias gerações. [...] Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente, e foram acumulando mutações causadoras de doenças.

[...]

A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir. E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada: o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.

Nasce uma nova bananeira – que, eis o problema, é geneticamente idêntica à anterior. Ela não tem, como Carlos II não teve, um pai e uma mãe com genes bem diferentes, cuja mistura aperfeiçoa o DNA e ajuda a proteger contra doenças. As bananeiras são clones – por isso, um único patógeno pode exterminá-las todas.

E já existe um: *o Fusarium oxysporum*. Trata-se de um fungo que se desenvolve no solo, e infecta as raízes das bananeiras, impedindo que elas puxem água e nutrientes. Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: *o F. oxysporum* é imune a todos os agrotóxicos.

[...]

O preço da banana

[...]

A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático. Acredita-se que, entre 7 mil e 5 mil a.C., os nativos da Papua-Nova Guiné teriam feito cruzamentos e domesticado as bananeiras selvagens (cheias de sementes duras, de quebrar os dentes). E voilá: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes.

Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes: trata-se de óvulos não fecundados. Isso porque os papuásios descobriram um método curioso para reproduzir a planta: bastava cortar e replantar um pedaço dela.

[...]

Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana [...].

Foi quando ela chegou aos EUA, contudo, que a coisa mudou de patamar. [...] Em menos de duas décadas, os americanos já estavam comendo mais bananas do que maçãs ou laranjas. De olho nesse mercado, a Boston Fruit Company começou a comprar terras na América Central para cultivo e exportação da banana a partir de 1885.

Criada em 1899, a United Fruit Company (UFC) – atual Chiquita Brands International – se tornou a maior empresa do setor. Era tão poderosa que, na primeira metade

do século 20, mandava nos governos da Guatemala e de Honduras, onde mantinha plantações – foi daí que surgiu a expressão “república das bananas”.

[...]

Em 1951, Juan Jacobo Árbenz Guzmán, de apenas 38 anos, foi eleito presidente da Guatemala com a promessa de fazer duas reformas: uma trabalhista e outra agrária, que garantissem salários justos e devolvessem parte da terra aos pequenos agricultores.

A United Fruit, obviamente, não gostou. Se opôs duramente ao novo governo, e em agosto de 1953 conseguiu convencer o presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower, a patrocinar um golpe de estado na Guatemala.

A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, financiou e treinou 480 homens, liderados pelo coronel guatemalteco Carlos Castillo Armas, e também organizou um bloqueio naval.

As tropas de Castillo invadiram o país em 18 de junho de 1954, o Exército não reagiu – e, nove dias depois, o presidente Guzmán acabou forçado a renunciar. **A Guatemala mergulhou em uma guerra civil que duraria 36 anos.** E a United retomou seu poder. [...]

Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/o-futuro-da-banana>

“A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático.”

“A Guatemala mergulhou em uma guerra civil que duraria 36 anos.”

Nas duas passagens acima, o futuro do pretérito exprime significados distintos.

A alternativa em que o futuro do pretérito apresenta, respectivamente, os mesmos significados observados nas passagens acima é:

- (A) O acusado alegou que a vítima teria reagido. / Ele avisou que chegaria tarde;
- (B) Se eu fosse você, não viria. / Mesmo em uma situação dramática, ele não colaboraria;
- (C) Antigamente, eu achava que estaria rico aos 30 anos. / Quem aceitaria uma proposta dessas?!;
- (D) Você me ajudaria com esse problema? / Antigamente, eu achava que estaria rico aos 30 anos;
- (E) Ninguém te ajudaria, caso isso tivesse acontecido. / Naquele momento, eu não sabia que daria tudo certo.

3. (2024)

O emprego do gerúndio na língua escrita é bastante problemático. A frase abaixo em que o emprego do gerúndio é criticável é:

- (A) O político saudava a todos os presentes, sorrindo;
- (B) Eu me canso muito dirigindo o caminhão;
- (C) Meu filho, tome banho correndo;
- (D) O ladrão fugiu, sendo detido pouco depois;
- (E) Encontraram o velhinho tossindo em sua cama.

4. (2023)

A opção abaixo em que a forma verbal destacada mostra fatos anteriores em relação aos outros é:

- (A) Quando a guerra da Ucrânia terminar, muitos vão voltar ao país;
- (B) Ela já terminara os exercícios quando os pais chegaram para levá-la;
- (C) O diretor entrou em sala quando a maioria já saía;
- (D) O professor estava no quadro quando o aluno entrou;
- (E) Todos vão saber o resultado amanhã à tarde.

5. (2024)

Num texto argumentativo, é frequente a presença de argumentadores lógicos.

A opção em que o exemplo dado tem o valor de seu conector lógico corretamente indicado é:

- (A) Os acidentes de trânsito provocam a morte de muitas pessoas além de trazerem grande prejuízo ao transporte de mercadorias, que fica paralisado por horas / conector lógico que permite a comparação entre dois fatos;
- (B) Os adolescentes abandonam o lar materno quando crescem; do mesmo modo, os pássaros deixam o ninho assim que aprendem a voar / conector lógico que permite acrescentar um argumento novo;
- (C) Os produtos estrangeiros são bem-conceituados no mercado brasileiro; no entanto, alguns produtos nacionais são bem superiores aos estrangeiros / conector lógico que expressa a razão de um fato;
- (D) Ainda que as estradas estejam em mau estado de conservação, as pessoas ainda mantêm o prazer de viajar nas férias / conector lógico que permite mostrar a consequência, o ponto de chegada de uma ideia;
- (E) É muito arriscado que, nas viagens, os turistas contem somente com os cartões de crédito como meios de pagamento, dado que a tecnologia pode trazer surpresas desagradáveis / conector lógico que expressa a razão de um fato.

6. (2024)

A frase abaixo em que os termos sublinhados caracterizam uma antítese, é:

- (A) O político deve buscar a aprovação, porém jamais o aplausos;
 (B) Com os pequenos, o governo ruge como um leão; com os grandes, mia como um gato;
 (C) A diferença entre o presidente Clinton e mim é que ele tem contra si uma maioria organizada e eu tenho a favor uma maioria desorganizada;
 (D) A extensão é o sinal do meu poderio. O tempo é o sinal da minha impotência;
 (E) O que é lei hoje não o é amanhã.

7. (2023)**Texto 1**

Estudo revela novo alvo para busca de terapias contra doença de Parkinson [fragmento]

Experimentos com camundongos feitos na USP mostraram que a micróglia, um tipo de célula imunológica presente no sistema nervoso central, ajuda a limitar a perda de neurônios

Agência Fapesp Estudo conduzido no Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB-USP) revelou um possível mecanismo protetor contra a doença de Parkinson.

Em camundongos, foi observado que a micróglia, um tipo de célula imunológica do sistema nervoso que compõe a chamada glia – conjunto diversificado de células que dá suporte ao funcionamento dos neurônios – pode limitar a perda de capacidade motora e a morte neuronal.

Todos os testes foram conduzidos em animais que receberam 6-hidroxidopamina, uma toxina indutora de sintomas semelhantes aos da doença de Parkinson, aplicada diretamente no cérebro. Antes, metade dos animais teve as micróglia praticamente eliminadas por uma substância, chamada PLX5622. O grupo que manteve essas células registrou perdas menos significativas de neurônios e de movimento quando comparado aos demais roedores.

“Esses resultados sugerem um possível alvo para o tratamento da doença no futuro, quando descobirmos mecanismos capazes de ativar a micróglia de maneira benéfica”, disse a doutoranda Carolina Parga à assessoria de imprensa do ICB-USP. Ela é primeira autora de um artigo publicado no Journal of Neuroimmunology.

[...]

A descoberta contradiz o que os próprios pesquisadores do ICB e outros estudiosos da área haviam visto anteriormente sobre essas células. Até então acreditava-se o contrário, pois, quando elas eram bloqueadas por fárma-

cos, os sintomas do Parkinson eram mitigados.

“A hipótese mais provável para explicar essa diferença nos resultados é a atuação dos dois fenótipos da micróglia, algo já identificado anteriormente na literatura científica. Uma característica, a positiva, que protege contra a perda neuronal, talvez se manifeste no início da doença, e a outra característica, a negativa, que impulsiona essa perda neuronal, vai predominando à medida que a doença vai evoluindo; o mesmo pode ocorrer em outras doenças neurodegenerativas, como o Alzheimer e algumas formas de epilepsia”, detalha Luiz Roberto Giorgetti de Britto, coordenador do estudo pelo Laboratório de Neurobiologia Celular do ICB. [...]

“Isso reforça a importância de desenvolvermos formas de diagnósticos mais assertivas para as doenças neurodegenerativas, para assim chegarmos a soluções terapêuticas. Pois trata-se de doenças que podem estar ativas durante décadas antes do diagnóstico, que em geral se dá só após a manifestação de sintomas, mas sendo mitigadas pela micróglia e outros mecanismos”, complementa.

MUDANÇAS GENÉTICAS

No estudo também foram identificados dois genes que podem estar relacionados à doença de Parkinson. Esses genes apresentavam menor expressão apenas nos grupos em que as micróglia foram eliminadas.

“São dois genes relacionados à transmissão por dopamina [substância que influencia nossas emoções, aprendizado e locomoção, além de outras funções] entre alguns grupos de neurônios do sistema nervoso, o que sugere que a micróglia pode ser responsável pela modulação da expressão de genes que atuam nesses processos. Isso ajuda a explicar como a sua ausência resulta na perda de neurônios, o que causa a diminuição de dopamina, o fator responsável pelas alterações motoras”, aponta Parga.

Esse conhecimento é promissor principalmente para a pequena parcela de casos de Parkinson e Alzheimer que tem causas genéticas, um total de 5% a 7% dos diagnósticos. “Conhecendo melhor o comportamento desses genes talvez possamos, no futuro, antecipar o diagnóstico da doença, além de propor terapias que consistem na manipulação deles”, afirma Britto.

O Laboratório de Neurobiologia Celular agora se aprofunda nos resultados obtidos e nas hipóteses levantadas e também estuda as possíveis implicações da micróglia em modelos animais da doença de Alzheimer.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2023/06/estudo-revela-novo-alvo-para-a-busca-de-terapias-contra-a-doenca-de-parkinson.shtm>

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

1. (2024)

A amostra de idades a seguir foi obtida:

20 35 23 54 46 22 41 50 38 40 35 18 32 29 31 56 37

A mediana dessas idades é igual a

- (A) 34
- (B) 35
- (C) 36
- (D) 37
- (E) 38

2. (2023)

Uma maneira de detectar valores aberrantes (outliers) é considerar observações que estejam a uma distância de $1,5 \cdot \text{IQR}$ do primeiro (Q1) ou terceiro (Q3) quartis, onde IQR é o intervalo interquartil da amostra.

Considere a seguinte amostra de quantidade de cachorros-quentes vendidos durante dez dias:

11, 11, 12, 13, 9, 12, 9, 10, 11, 13.

Suponha que numa data posterior tenham sido vendidos cinco cachorros-quentes.

É correto afirmar que este é:

- (A) um valor aberrante, já que o intervalo interquartil é 1,5;
- (B) um valor aberrante, já que o intervalo interquartil é 1,75;
- (C) um valor não aberrante, já que o intervalo interquartil é 1,75;
- (D) um valor não aberrante, já que o intervalo interquartil é 1,5;
- (E) um valor aberrante, já que o intervalo interquartil é 3.

3. (2024)

Em uma região, há 6 cidades: A, B, C, D, E e F. Da cidade A, só saem 3 estradas: uma para a cidade B, uma para a cidade C e outra para a cidade E. Da cidade B, partem apenas 2 estradas: uma para a cidade D e outra para a cidade E. Da cidade C, também só partem duas estradas: uma para a cidade E e outra para a cidade F. As cidades D, E e F não estão conectadas por outras estradas além das já citadas anteriormente.

Um morador na cidade A decide fazer um passeio de bicicleta para alguma outra cidade. Ele decide que, toda as vezes em que tiver que deixar uma cidade, escolherá de forma aleatória uma das estradas disponíveis, considerando-as equiprováveis na hora do sorteio. Esse morador também decide que não voltará para uma cidade em que já esteve.

A probabilidade de que o passeio termine na cidade E é

- (A) $\frac{1}{6}$.
- (B) $\frac{1}{4}$.
- (C) $\frac{3}{4}$.
- (D) $\frac{1}{3}$.
- (E) $\frac{2}{3}$.

4. (2023)

Um dado cúbico honesto, com as faces numeradas de 1 a 6, foi lançado 3 vezes consecutivas. Sabe-se que a soma dos 3 números sorteados foi 8.

A probabilidade de o número 3 ter sido sorteado pelo menos uma vez é:

- (A) $\frac{10}{21}$
- (B) $\frac{8}{21}$
- (C) $\frac{5}{18}$
- (D) $\frac{3}{7}$
- (E) $\frac{2}{3}$

5. (2023)

Em uma sacola, há 40 bolas. Essas bolas, ou são brancas, ou são azuis. Se uma das bolas brancas for retirada da sacola, a probabilidade de que uma bola sorteada ao acaso seja branca passa a ser $\frac{5}{13}$

A quantidade de bolas azuis dentro da sacola é

- (A) 25.
- (B) 24.
- (C) 23.
- (D) 16.
- (E) 15.

6. (2024)

Considere dois números reais positivos representados por x e y . É certo que 3 é menor do que x e que 5 é maior do que y .

Se $x < y$, então

- (A) $x + y$ é maior do que 8 .
- (B) $x + y$ é menor do que 8 .
- (C) xy é igual a 16 .
- (D) $y - x$ é menor do que 2 .
- (E) $y - x$ é menor do que 1 .

7. (2024)

Em um encontro de 26 pessoas, 21 delas se conhecem mutuamente. Cada uma das 5 pessoas restantes não conhece nenhuma das outras 25 pessoas presentes.

Pessoas que se conhecem se cumprimentam com um abraço e pessoas que não se conhecem se cumprimentam com um aperto de mão. Todas as pessoas presentes ao encontro se cumprimentaram.

O número de apertos de mão foi

- (A) 115.
- (B) 120.
- (C) 125.
- (D) 130.
- (E) 135.

8. (2024)

Em uma visita a um museu, o guia levou o grupo até uma sala com 6 portas. Na sala, todas as portas ficaram fechadas. Para a saída do grupo, o guia pretende abrir algumas das portas.

Sabendo que uma das portas não pode ser aberta, assinale a opção que indica o número de maneiras que se pode abrir esta sala.

- (A) 4.
- (B) 6.
- (C) 24.

(D) 31.

(E) 32.

9. (2024)

A diretoria de um condomínio é constituída por quatro pessoas: um presidente, um vice-presidente e dois secretários. Para ocupar esses cargos seis pessoas se candidataram.

Com as pessoas que se candidataram, o número de diretorias diferentes possíveis que podem ser formadas é igual a

- (A) 60.
- (B) 90.
- (C) 120.
- (D) 180.
- (E) 360.

10. (2024)

Em um pequeno teatro, uma fileira é composta de 6 cadeiras dispostas lado a lado. Ana, Bia e Caio sentar-se-ão ocupando três delas.

Essas 3 pessoas tomarão os seus lugares de modo que nunca duas ou três delas fiquem em assentos adjacentes.

O número total de formas distintas em que isso pode ser feito é

- (A) 4.
- (B) 6.
- (C) 12.
- (D) 24.
- (E) 48.

11. (2024)

Em uma reunião de uma unidade hospitalar, estavam presentes 8 servidores, sendo 6 médicos e 2 enfermeiros. Todos sentaram-se ao redor de uma mesa redonda.

A quantidade de maneiras distintas que essa mesa pode ser organizada de forma que entre os dois enfermeiros tenha sempre três médicos é

- (A) 120.
- (B) 240.
- (C) 480.
- (D) 720.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1. (2024)

Buscando estabilidade e boas condições de trabalho, um cidadão pretende ocupar cargo público de provimento efetivo integrante da estrutura do estado de Mato Grosso. Nos termos da Lei Complementar Estadual no 4/1990, as carreiras serão organizadas em classes de cargos.

Correspondendo à remuneração do cargo, encontram-se as classes desdobradas em

- (A) níveis
- (B) cotas
- (C) salários
- (D) padrões
- (E) nichos

2. (2024)

Um servidor público foi colocado em disponibilidade devido à extinção do órgão onde exercia suas funções, tendo permanecido nessa condição por mais de 24 meses.

Nos termos da Lei Complementar Estadual no 4/1990, o aproveitamento do servidor que se encontra em disponibilidade há mais de 12 meses dependerá de prévia comprovação de sua

- (A) atualização cognitiva
- (B) aprovação seletiva
- (C) capacidade física e mental
- (D) integridade financeira
- (E) reputação ilibada

3. (2022)

A Lei Complementar Estadual nº 04, de 15 de outubro de 1990, dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais. Com relação às disposições da supracitada lei, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() Os cargos de provimento efetivo da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações criadas e mantidas pelo Poder Público, serão organizados e providos em carreiras.

() As carreiras serão organizadas em classes de cargos, observadas a escolaridade e a qualificação profissional exigidas, bem assim a natureza e complexidade das atribuições a serem exercidas e manterão correlação com as finalidades dos órgãos ou entidades a que devam atender.

() Classe é a divisão básica da carreira, que agrupa os cargos da mesma denominação, segundo o nível de atribuições e responsabilidades, inclusive aquelas das funções de direção, chefia, assessoramento e assistência.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V - V - V
- (B) V - F - V
- (C) F - F - V
- (D) V - V - F

4. (2016)

Considere as seguintes definições:

I. Conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que deve ser cometido a um servidor.

II. Divisão básica da carreira, que agrupa os cargos da mesma denominação, segundo o nível de atribuições e responsabilidades, inclusive aquelas das funções de direção, chefia, assessoramento e assistência.

III. Conjunto de carreira e em comissão, integrantes das estruturas dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações criadas e mantidas pelo Poder Público.

Nos termos da Lei Complementar nº 4/1990, essas são, respectivamente, as definições de

- (A) classe, cargo público integrante da carreira e quadro.
- (B) cargo público integrante da carreira, quadro e classe.
- (C) cargo público integrante da carreira, classe e quadro.
- (D) carreira, classe e quadro.
- (E) carreira, cargo público integrante da carreira e classe.

5. (2024)

Determinado servidor vinculado ao estado de Mato Grosso foi surpreendido pela extinção do quadro que ocupava. Após certo período, requer à Administração seu aproveitamento em outro lugar.

Nos termos da Lei Complementar no 04/1990, a passagem do servidor estável de cargo efetivo de carreira para outro de igual denominação, classe e remuneração, pertencente a quadro de pessoal diverso e na mesma localidade, denomina-se

- (A) ocupação
- (B) transmissão
- (C) transferência
- (D) acesso
- (E) vacância

6. (2023)

No tocante ao regime dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso, assinale a opção **correta**.

- (A) São estáveis somente após cinco anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- (B) Não será obrigatória a avaliação especial de desempenho do servidor para a análise da aquisição da estabilidade.
- (C) São estáveis os ocupantes de cargo comissionado após três anos de efetivo exercício.
- (D) São estáveis somente após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- (E) O servidor público estável não perderá o cargo em nenhuma hipótese.

7. (2022)

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 04 de 15 de outubro de 1990, que institui o estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Estaduais criadas e mantidas pelo Poder Público, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Para efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público
- (B) Cargo Público integrante da carreira é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que deve ser cometido a um servidor
- (C) Os cargos públicos são criados por Lei Complementar, e são acessíveis a alguns brasileiros privilegiados, escolhidos a cada mandato, sem necessidade de concurso ou comprovação de experiência
- (D) É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em Lei

8. (2018)

Nos termos do Estatuto do Servidor do Estado de Mato Grosso, o instituto que traduz o retorno do servidor em disponibilidade ao exercício do cargo público denomina-se:

- (A) recondução
- (B) exoneração
- (C) vacância
- (D) aproveitamento

9. (2018)

Nos termos do Estatuto do Servidor do Estado de Mato Grosso, a passagem do servidor de uma classe para a imediatamente superior do respectivo grupo de carreira a que pertence, obedecidos os critérios de avaliação, desempenho e qualificação funcional, é denominada:

- (A) ascensão
- (B) progressão
- (C) promoção
- (D) remoção

10. (2018)

O Estatuto dos Servidores Públicos do Mato Grosso (Lei Complementar nº 4/1990) determina que a Posse é a investidura no cargo público mediante a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado. A posse ocorrerá no prazo improrrogável de:

- (A) 60 (sessenta) dias, contados da citação do servidor.
- (B) 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de provimento.
- (C) 15 (quinze) dias, contados da publicação do ato de provimento.
- (D) 45 (quarenta e cinco) dias, contados da citação do servidor.
- (E) 5 (cinco) dias, contados da publicação do ato de provimento.

11. (2018)

Pedro é servidor público efetivo da UNEMAT e perdeu seu enteado Raul, morto em decorrência de uma doença grave.

Com base no caso apresentado acima e nas concessões previstas na Lei Complementar 04/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) Sem qualquer prejuízo, Pedro poderá ausentar-se do serviço por oito dias consecutivos.
- (B) Sem qualquer prejuízo, Pedro poderá ausentar-se do serviço por sete dias consecutivos.
- (C) Em virtude de não haver relação sanguínea, Pedro não poderá ausentar-se do serviço sem que haja prejuízo da remuneração.
- (D) Sem qualquer prejuízo, Pedro poderá ausentar-se do serviço por 10 (dez) dias consecutivos.
- (E) Sem qualquer prejuízo, Pedro poderá ausentar-se do serviço por dois dias consecutivos.

12. (2017)

Considerando as disposições da Lei Complementar de Mato Grosso nº 04/1990 (Estatuto do Servidor Público Estadual), assinale a alternativa INCORRETA sobre a posse no cargo público.

- (A) Em se tratando de servidor em licença, ou afastamento por qualquer outro motivo legal, o prazo para a posse será contado do término do impedimento
- (B) A posse ocorrerá no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado
- (C) A posse poderá dar-se mediante procuração específica
- (D) Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação, acesso e ascensão
- (E) No ato da posse, o servidor apresentará, obrigatoriamente, declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública

13. (2017)

De acordo com a Lei Complementar nº 04/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Mato Grosso, são formas de provimento derivado de cargo público:

I. _____ - investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

II. _____ - é a investidura do servidor estável em cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão na via administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

III. _____ - é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

IV. _____ - é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

Assinale a sequência que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- (A) Aproveitamento, Recondição, Readaptação, Reversão.
- (B) Readaptação, Reintegração, Reversão, Recondição.
- (C) Readaptação, Reversão, Aproveitamento, Reintegração.
- (D) Recondição, Readaptação, Reversão, Reintegração.

14. (2017)

Em consonância com os dispositivos da Lei Complementar nº 04/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Mato Grosso, assinale a assertiva **INCORRETA**.

- (A) Em caso de inabilitação no estágio probatório, apurada em processo regular de avaliação, o servidor será exonerado.
- (B) O servidor que tomar posse e não entrar em exercício no prazo legal será exonerado de ofício.
- (C) A exoneração de cargo em comissão pode se dar a pedido do próprio servidor.
- (D) O servidor efetivo que estiver acumulando ilegalmente cargos ou funções públicas será exonerado de ofício de um dos cargos.

ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. (2024)

Um gestor de unidade de serviço público vem enfrentando problemas no processo de gerenciamento de materiais e estoques. Os funcionários relatam dificuldades em saber a quantidade de unidades de determinados insumos utilizados em um período e quantas vezes por ano necessitam comprar esse insumo. Assim, a organização acaba por encarar falta total do insumo ou descarte por validade expirada.

A análise das possíveis justificativas apontou para o problema de:

- (A) incorporação de novos operadores logísticos;
- (B) redução do capital circulante e custo de operação;
- (C) adoção de novas tecnologias e sistemas de informação;
- (D) formação de parcerias entre empresas de suprimentos;
- (E) inventário e controle do giro dos produtos desatualizados.

2. (2024)

Certa organização consome mensalmente, em média, 120 unidades de determinado insumo. O insumo é comprado de um fornecedor em lotes de 150 unidades, ao preço de R\$8,00 por unidade. A organização adota sistema de reposição contínua para o estoque desse insumo e mantém um estoque de segurança de 40 unidades do insumo. O custo de pedido é de R\$10,00, o custo de posse do estoque é de R\$8,00 por unidade ao ano e o tempo de ressuprimento é de nove dias corridos.

Na situação descrita, é correto afirmar que (considere que um mês tem 30 dias):

- (A) o estoque médio é de 95 unidades;
- (B) o ponto de pedido (PP) é de 76 unidades;
- (C) o lote econômico de compra (LEC) é de 48 unidades;
- (D) o número de pedidos, com base no LEC, é de 20 ao ano;
- (E) o intervalo entre os pedidos, com base no LEC, é de 12 dias.

3. (2024)

Em todas as áreas funcionais de uma empresa, os administradores exercem as funções administrativas, que correspondem às etapas do processo administrativo: planejar, organizar, dirigir e controlar. Considere as afirmativas a seguir sobre algumas atividades gerenciais e as funções administrativas.

I. A implementação de políticas de gestão participativa está relacionada à função direção.

II. A aplicação de recursos financeiros está relacionada à função planejamento.

III. A definição da estrutura de cargos e salários está relacionada à função organização.

IV. A avaliação de desempenho dos funcionários está relacionada à função direção.

Está correto o que se afirma em:

- (A) **I e III**, apenas;
- (B) **I e IV**, apenas;
- (C) **II e III**, apenas;
- (D) **II, III e IV**, apenas;
- (E) **I, II, III e IV**.

4. (2023)

O desenvolvimento da gestão de riscos abrange conduzir um processo multidisciplinar e coletivo que envolve diferentes decisões a cada etapa do processo. Por exemplo, na gestão de uma unidade hospitalar, uma das etapas iniciais é mapear os principais fatores internos e externos que podem afetar o alcance dos objetivos e os resultados de uma organização pública, como, por exemplo, a identificação de potenciais questões epidemiológicas, ou mudanças em legislações pertinentes aos serviços prestados.

Essa etapa do processo é denominada:

- (A) avaliação dos riscos;
- (B) melhoria contínua;
- (C) estabelecimento do contexto;
- (D) consulta às partes interessadas;
- (E) tratamento dos riscos.

5. (2024)

É uma referência para o setor público no Brasil o guia de governança do TCU. Nele cada um dos mecanismos de governança (liderança, estratégia e controle) foi associado a um conjunto de componentes que contribuem direta ou indiretamente para o alcance de seus objetivos.

É(são) um componente previsto no mecanismo de controle:

- (A) o alinhamento transorganizacional;
- (B) as competências e pessoas;
- (C) a gestão de riscos;
- (D) os princípios e comportamentos;
- (E) o relacionamento com partes interessadas.

6. (2024)

Os princípios de governança pública são fundamentos orientadores que promovem a transparência, a responsabilidade, a eficácia e a equidade nas ações e decisões do setor público, visando ao interesse público e ao desenvolvimento sustentável.

Assinale, dentre as opções a seguir, a que compreende princípios de governança pública.

- (A) Integridade, melhoria regulatória e transparência.
- (B) Competência, responsabilidade e transparência.
- (C) Integridade, liderança e motivação.
- (D) Competência, integridade e liderança.
- (E) Integridade, melhoria regulatória e liderança.

7. (2024)

Permite que os cidadãos estejam no centro das decisões e ações da administração pública, ajudando a combater a corrupção e os desvios de conduta, abrindo espaço para soluções e práticas inovadoras na gestão pública, e aumentando a capacidade de respostas tempestiva aos eventuais problemas.

(BRASIL, GPPG, 2018)

Com base no trecho do Guia da Política de Governança Pública, elaborado pelo Governo Federal, assinale o princípio de governança que corresponde ao preceito contido no excerto acima.

- (A) *Accountability*.
- (B) Integridade.
- (C) Confiabilidade.
- (D) Participação Social.
- (E) Transparência.

8. (2024)

“Para além de promover o interesse público, essa diretriz demonstra a importância da antecipação das necessidades da sociedade e da superação das limitações orçamentárias – especialmente a partir de práticas inovadoras. A ideia de que a atuação pública deve se pautar pela busca de soluções integradas, inovadoras e personalizadas já se tornou uma premissa em diversos países do mundo, que reconhecem e tentam lidar com demandas cada vez mais complexas por parte de quem financia o Estado”.

(BRASIL, GPPG, 2018)

O trecho acima foi retirado do Guia da Política de Governança Pública, elaborado pelo Governo Federal. Assinale o princípio de governança que corresponde ao preceito contido no excerto.

- (A) *Accountability*.
- (B) Efetividade.
- (C) Capacidade de resposta.
- (D) Integridade.
- (E) Participação social.

9. (2024)

Apesar de não ter uma tradução direta, a noção de *accountability* cresceu e se desenvolveu na gestão estatal brasileira nas últimas décadas. Devido à sua natureza polissêmica, pode assumir diferentes formas e instrumentos, associando-se a condições de funcionamento da democracia. Para tal, a *accountability* democrática pode estar associada a três formas: ao processo eleitoral, a controles institucionais durante o mandato e a regras estatais intertemporais.

A *accountability* democrática, operacionalizada durante o mandato, distinguindo-a das outras duas formas, deve ocorrer como:

- (A) mecanismos de restrição orçamentária;
- (B) regras de financiamento de campanhas;
- (C) garantia e defesa de direitos intergeracionais;
- (D) limitação legal do poder dos administradores públicos;
- (E) controle do desempenho dos programas governamentais.

10. (2024)

Accountability é um conceito de difícil tradução para o português; entretanto, seguindo os princípios de governança pública, ele assume contornos e práticas muito claras.

É(são) uma(s) prática(s) de *accountability* prevista(s) na governança pública brasileira:

- (A) assegurar que programas, planos, ações, serviços e produtos atendam ao maior número possível de partes interessadas;
- (B) realizar o equilíbrio de poder e a segregação das funções críticas;
- (C) direcionar e monitorar a gestão da organização, especialmente quanto ao alcance de metas organizacionais;
- (D) estabelecer mecanismos de atuação conjunta com vistas à formulação e implementação de políticas;
- (E) garantir acesso a informações e ações às partes interessadas, admitindo-se o sigilo, como exceção, nos termos da lei.

11. (2024)

Accountability é a responsabilidade e prestação de contas transparente e ética que as organizações e indivíduos assumem perante suas ações e resultados, promovendo a confiança e a credibilidade em suas atividades.

Assinale, dentre as opções a seguir, o tipo de *accountability* que compreende a fiscalização e controle mútuo dos Três Poderes, através de órgãos legalmente estabelecidos para essa finalidade – um sistema de *checks and balances* (freios e contrapesos) previsto na Constituição, que inclui Tribunais de Contas, Ministério Público, controladorias e agências fiscalizadoras.

- (A) Vertical.
- (B) Societal.
- (C) Holístico.
- (D) Horizontal.
- (E) Social.

12. (2023)

Em uma política de incentivo fiscal, de um determinado Estado brasileiro, foi observada a existência de lacunas, redundâncias e incoerências na definição das responsabilidades de vários órgãos e setores dos três poderes tanto na implementação quanto no monitoramento e avaliação dos resultados da política. Esse cenário revelou problemas na atuação de diversas “agências estatais” que deveriam ter o poder legal e a capacidade para supervisionar rotinas administrativas e aplicar sanções caso se verificassem irregularidades nas ações de outros órgãos e setores estatais.

Em termos de transparência e responsabilização entre diferentes órgãos de Estado, esse cenário descreve um problema na garantia de:

- (A) *accountability* horizontal;
- (B) *accountability* vertical;
- (C) gestão de custos;
- (D) governo eletrônico;
- (E) construção de agenda.

13. (2024)

A evolução da Administração Pública, do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático, reflete uma transição de estruturas hierárquicas e procedimentos formais para abordagens mais flexíveis, participativas e orientadas para resultados.

Sobre o modelo racional-legal de administração pública, assinale a afirmação **correta**.

- (A) Procura otimizar a eficiência.
- (B) Pretende gerar valor público.
- (C) Busca uma maior integração com o mercado.
- (D) Visa maior capacidade de idealizar políticas públicas.
- (E) Promove uma abordagem participativa em rede.

14. (2024)

Maria foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha. Embora trabalhe na organização há pouco tempo, os membros da equipe respeitam sua autoridade.

As tarefas realizadas pela equipe são pouco estruturadas, com demandas variadas de difícil previsão, o que dificulta seu planejamento.

Na situação descrita, com base na teoria de liderança caminho-meta (ou teoria da meta e do caminho), o estilo de liderança que proporcionaria maior satisfação aos membros da equipe seria:

- (A) diretivo;
- (B) persuasivo;
- (C) participativo;
- (D) apoiador (compreensivo);
- (E) realizador (orientado para a conquista).

15. (2024)

Em certa organização, a área de RH realizou a avaliação do perfil de liderança de cinco gerentes utilizando a grade gerencial proposta por Blake e Mouton. As posições dos gerentes na grade foram:

- Ana – posição (1,1);
- Bruno – posição (1,9);
- Caio – posição (1,5);

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1. (2024)

Em publicação de 2015, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o objetivo de orientar as boas práticas sobre a atividade orçamentária, apresentou 10 princípios orçamentários, materializados por recomendações ali previstas.

De acordo com a publicação, é **correto** afirmar que

(A) é preciso alinhar os orçamentos públicos com as prioridades estratégicas de curto prazo do governo, não sendo prioridades as estratégias de médio e longo prazo.

(B) os orçamentos públicos podem prever regras amplas, abrangentes e técnicas, com vistas a enquadrar as receitas e despesas mais facilmente.

(C) os orçamentos públicos deverão considerar os planos de investimento de capital para suprir as lacunas de capacidade econômica, desenvolvimento de infraestrutura e das necessidades e prioridades setoriais e sociais.

(D) em regra, os orçamentos públicos devem ser secretos, sendo a publicação restrita aos itens que não comprometam a segurança nacional.

(E) o orçamento público não permite, sob nenhuma hipótese, flexibilidade à execução orçamentária, sendo irregular quaisquer emendas parlamentares.

2. (2024)

Na proposta do Plano Plurianual 2024-2027 de um estado da Federação, foi contemplado o programa “0661 Cultura Criativa”. O referido programa, de responsabilidade da Fundação Estadual de Cultura, tem o objetivo de formular, promover e apoiar programas de desenvolvimento cultural nas áreas artísticas, além de coletar e analisar dados culturais e indicadores para impulsionar a economia criativa.

Uma das ações desse programa tem como meta a implementação de 147 Centros de Desenvolvimento Cultural (CDCs), que requerem investimentos da ordem de R\$ 47 milhões (despesa de capital) ao longo do quadriênio, com recursos do tesouro do Estado.

O padrão de apresentação dos programas no PPA desse estado costuma ser bem enxuto, de forma que não havia quaisquer outras informações sobre o referido programa.

Assim, uma informação que precisa ser acrescentada na descrição do programa para atender aos requisitos de elaboração do PPA refere-se:

(A) a critérios para transferências de recursos ao programa;

(B) à fonte de compensação para a destinação do recurso;

(C) a impacto do programa nas metas do orçamento fiscal;

(D) à modalidade de aplicação dos investimentos do programa;

(E) à regionalização dos objetivos do programa.

3. (2023)

No processo de planejamento da ação pública, os entes precisam definir seus objetivos e metas para um determinado período. Um servidor recém-empessoado, que foi designado para a instância de planejamento de um ente público, estava em dúvida sobre onde os objetivos e metas da administração do ente para as despesas relativas aos programas de duração continuada deveriam constar.

Um servidor mais experiente o orientou que deveriam ser inicialmente apresentados no(a):

(A) plano plurianual;

(B) anexo de metas fiscais;

(C) lei orçamentária anual;

(D) lei de diretrizes orçamentárias;

(E) relatório da execução orçamentária.

4. (2023)

Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) Ajuda na transparência das contas públicas ao permitir que todo cidadão acompanhe e fiscalize a correta aplicação dos recursos públicos.

(B) Estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

(C) Compreende as metas e prioridades da administração pública federal.

(D) Dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

(E) Estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

5. (2024)

Em relação à *flexibilidade para alterações* no projeto da Lei Orçamentária Anual do setor público, assinale a afirmativa correta.

- (A) Uma vez elaborado, o projeto da LOA é imutável no exercício para o qual é previsto.
- (B) As emendas parlamentares consistem no mecanismo por meio do qual é possível alterar tanto a receita estimada quanto a despesa fixada no orçamento do setor público.
- (C) O orçamento impositivo prevê a faculdade de se aprovar emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) prevista no projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo para aquele exercício financeiro.
- (D) A fim de evitar favorecimentos políticos, apenas as emendas parlamentares de comissão possuem caráter obrigatório.

6. (2024)

Durante a tramitação de um Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) encaminhado pelo presidente da República, um deputado, contrariado com o fato de a União estar efetuando vultosos pagamentos relativos a serviços da dívida pública, apresentou uma emenda para que parte dos recursos reservados ao pagamento da dívida fosse transferida para o pagamento de programas da área de saúde pública a serem disponibilizados à população.

À luz da legislação vigente, a emenda apresentada pelo deputado, é considerada:

- (A) inconstitucional, pois trata de hipótese ressalvada pela denominada “cláusula pétrea orçamentária”;
- (B) constitucional, uma vez que se encontra dentro das hipóteses possíveis de alteração orçamentária pelo Poder Legislativo;
- (C) constitucional, uma vez que a Constituição Federal estipula um percentual mínimo de aplicação de recursos na área de saúde pública;
- (D) inconstitucional, tendo em vista que o deputado, por iniciativa própria, não é legitimado para apresentar emendas às leis orçamentárias;
- (E) constitucional, pois, em juízo de proporcionalidade, a saúde pública merece ser contemplada com mais recursos orçamentários do que o pagamento de serviços da dívida pública.

7. (2024)

As recentes alterações constitucionais que trataram da impositividade quanto à aprovação e execução de emendas parlamentares ao orçamento procuraram garantir a aplicação de recursos para ações e serviços públicos de saúde.

Essa garantia de aplicação de recursos:

- (A) considera despesas de investimento e também custeio;
- (B) está condicionada a transações de natureza intra-orçamentária;
- (C) se aplica a pelo menos 50% das emendas individuais e de bancada;
- (D) se refere também a emendas de relator, de execução discricionária;
- (E) se vincula à execução por meio de transferências especiais.

8. (2024)

De acordo com o site oficial do Senado, *As emendas feitas ao Orçamento Geral da União, denominado de Lei Orçamentária Anual (LOA) – enviada pelo Executivo ao Congresso anualmente –, são propostas por meio das quais os parlamentares podem opinar ou influir na alocação de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato, tanto junto aos estados e municípios quanto a instituições. Tais emendas podem acrescentar, suprimir ou modificar determinados itens (rubricas) do projeto de lei orçamentária enviado pelo Executivo.*

(Fonte: Agência Senado)

Consideram-se emenda de remanejamento ao orçamento a

- (A) que acrescenta ou inclui dotações e, simultaneamente, como fonte de recursos, anula valor equivalente proveniente de outras dotações e de verbas da chamada Reserva de Recursos.
- (B) que propõe, exclusivamente, a redução de dotações constantes do projeto.
- (C) destinada à recomposição do orçamento, objetivando corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal.
- (D) que tem por finalidade alterar o texto da proposição (projetos às leis orçamentárias) ou de seus anexos, sem alterar valores das dotações orçamentárias.
- (E) que propõe acréscimo ou inclui dotações e, simultaneamente, como fonte exclusiva de recursos, anula dotações equivalentes, exceto as reservas de contingência.

9. (2023)

Uma deputada federal resolveu apresentar uma emenda ao projeto de lei do orçamento anual da União.

Sobre essa emenda, é **correto** afirmar que:

(A) deve ser apresentada na Comissão Mista Permanente de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional, necessitando ser compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas não com o Plano Plurianual;

(B) deve ser apresentada no Plenário da Câmara dos Deputados e deve indicar os recursos necessários, admitidos aqueles que não são provenientes da anulação de despesas;

(C) deve ser apresentada na Comissão Mista Permanente de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional e somente pode ser aprovada se indicar os recursos necessários, admitidos apenas aqueles provenientes da anulação de despesas;

(D) deve ser apresentada na Comissão Mista Permanente de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso Nacional, necessitando ser compatível com o Plano Plurianual, mas não com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

(E) deve ser apresentada no Plenário do Senado Federal e somente pode ser aprovada se indicar os recursos necessários, admitidos aqueles que não são provenientes da anulação de despesas.

10. (2023)

Um parlamentar planeja apresentar uma emenda ao projeto de lei orçamentária anual da União para enviar recursos ao seu Estado de origem, porém precisa garantir que os recursos sejam aplicados nas áreas de competência constitucional da União.

Nesse caso, a emenda deve ser do tipo:

(A) especial;

(B) de bancada;

(C) de comissão;

(D) suplementar;

(E) com finalidade definida.

11. (2024)

Um documento publicado por um estado da Federação continha a seguinte orientação: “Para a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual do Poder Executivo deverão manter atualizado, no módulo de gestão de riscos fiscais e de precatórios judiciais do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado, o cadastro dos processos administrativos e judiciais passíveis de futuro desembolso financeiro”.

Essa orientação deve ser seguida na elaboração do(a):

(A) demonstrativo do resultado nominal de primário;

(B) Lei de Diretrizes Orçamentárias;

(C) orçamento fiscal e da seguridade social;

(D) programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso;

(E) relatório quadrimestral de gestão fiscal.

12. (2023)

O imóvel urbano de João foi declarado como de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Município Gama. Frustrada a possibilidade de acordo, pois as partes não chegaram a um valor comum para indenização, o Município ajuizou ação de desapropriação.

Logo após sua distribuição, o magistrado observou que a petição inicial da ação expropriatória do Município não veio instruída com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e não foi apresentada declaração a respeito da compatibilidade da despesa necessária ao pagamento da indenização ao disposto no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual.

No caso em tela, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado deve:

(A) extinguir o feito, com resolução do mérito, diante da não inclusão de requisitos essenciais e específicos da ação de desapropriação, em razão de mandamento legal cogente de ordem pública;

(B) prosseguir com o feito, com a citação do réu, visto que, diante da natureza da ação, não há necessidade de inclusão das citadas estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração a respeito da compatibilidade da despesa necessária ao pagamento da indenização;

(C) determinar que o Município emende a petição inicial para apresentar as citadas estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração a respeito da compatibilidade da despesa necessária ao pagamento da indenização;

NOÇÕES DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2024)

O prefeito do Município Imaginário questionou Emília, que é procuradora de tal ente federativo, se existe distinção entre poder regulamentar e a chamada deslegalização.

Diante de tal questionamento, Emília respondeu **corretamente** que

(A) a deslegalização corresponde à edição de regulamentos autônomos pelo Chefe do Poder Executivo nas hipóteses autorizadas pela Constituição.

(B) apesar de distinções formais, as normas decorrentes da deslegalização ou do exercício do poder regulamentar têm a mesma essência, fundamento constitucional e podem inovar no ordenamento jurídico, ainda que não se trate de regulamentos autônomos nesse último caso.

(C) o poder regulamentar abarca a edição de decretos regulamentares e de decretos autônomos e não pode ser confundido com a deslegalização, que corresponde à autorização do Poder Legislativo para a edição de leis delegadas.

(D) a edição de normas pelo Poder Executivo exaure-se no poder regulamentar destinado à fiel execução de lei, não sendo admitidos no ordenamento pátrio nem os regulamentos autônomos, nem a deslegalização.

(E) na deslegalização, o poder legislativo autoriza que as entidades dotadas de capacidade institucional inovem no ordenamento jurídico em matéria de ordem técnica em seu âmbito de atuação delimitado na respectiva lei.

2. (2024)

Ao aprofundar os seus estudos acerca do direito administrativo, Carlota observou que existem diversas manifestações do poder hierárquico, entre as quais é correto apontar

(A) a avocação temporária de competência.

(B) o embargo de obra que esteja em desacordo com o ordenamento.

(C) o deferimento de uma licença profissional.

(D) a aplicação de multa à concessionária de serviço público.

(E) o recurso administrativo dirigido para a autoridade competente da Administração Direta contra decisão de autarquia.

3. (2024)

Caso os agentes competentes no regular exercício do poder de polícia administrativa verifiquem que em determinada farmácia estão sendo vendidos medicamentos vencidos, ou seja, fora do prazo de validade, que colocam em risco a saúde da população, cuja apreensão e inutilização tem fundamento legal, tais agentes devem promover a autuação do estabelecimento e, dentre outras medidas cabíveis:

(A) comunicar a existência dos medicamentos vencidos à polícia militar para que seja possível a apreensão de tais mercadorias;

(B) comunicar aos órgãos públicos pertinentes, para que seja formulado pleito judicial que possibilite a apreensão de tais mercadorias;

(C) apreender prontamente os referidos medicamentos vencidos, viabilizando o exercício da ampla defesa e do contraditório de forma diferida;

(D) notificar o particular para exercer a ampla defesa e o contraditório prévio, a fim de que, só depois, seja viável a apreensão dos aludidos medicamentos vencidos;

(E) apreender os medicamentos vencidos em questão, sem que haja em qualquer momento a garantia da ampla defesa e do contraditório, diante da gravidade da conduta do particular.

4. (2024)

O Prefeito do Município Alfa, ao ler reportagem de um jornal de grande circulação, verificou que diversos cidadãos estariam reclamando da qualidade dos produtos comercializados por um supermercado da localidade, ao argumento de que haveria a venda de produtos com prazo de validade expirado.

Em assim sendo, o agente político determinou que a Procuradoria Municipal apresentasse um parecer versando sobre a viabilidade jurídica de que, em eventual fiscalização no estabelecimento comercial, houvesse a apreensão de mercadorias cujo prazo de validade já tivesse transcorrido integralmente.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, está correto afirmar que a eventual fiscalização do Poder Público no supermercado poderá ensejar a apreensão de mercadorias fora do prazo de validade,

(A) independentemente de manifestação do Poder Judiciário, em razão do atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo.

(B) desde que haja autorização prévia do Poder Judiciário, pela ausência do atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo.

(C) independentemente de manifestação do Poder Judiciário, em razão do atributo da coercibilidade do ato administrativo.

(D) desde que haja autorização prévia do Poder Judiciário, pela ausência do atributo da coercibilidade do ato administrativo.

5. (2023)

Guilherme, servidor público estatutário, comparece a um restaurante para fins fiscalizatórios, ocasião em que encontra uma barata percorrendo o chão do salão onde os clientes estavam sendo servidos. A fiscalização prossegue, sendo certo que nenhum outro inseto foi visualizado. Em todas as demais fiscalizações, o local estava impecável.

Guilherme, no exercício de um dos poderes do Estado, determina a interdição do estabelecimento, entendendo que o local não tinha condições de salubridade para funcionar adequadamente.

Nesse cenário, é **correto** afirmar que o servidor público exerceu, no caso concreto:

(A) o poder disciplinar, mas houve ofensa ao princípio da proporcionalidade, mais especificamente ao subprincípio da exigibilidade, considerando que existiam outros mecanismos menos lesivos para sanar o vício encontrado;

(B) o poder de polícia, mas houve ofensa ao princípio da proporcionalidade, mais especificamente ao subprincípio da exigibilidade, considerando que existiam outros mecanismos menos lesivos para sanar o vício encontrado;

(C) o poder de polícia, mas houve ofensa ao princípio da proporcionalidade, mais especificamente ao subprincípio da adequação, considerando que existiam outros mecanismos menos lesivos para sanar o vício encontrado;

(D) o poder disciplinar, inexistindo qualquer ofensa ao princípio da proporcionalidade ou aos subprincípios dele decorrentes, considerando a necessidade de se preservar a saúde e a segurança dos consumidores;

(E) o poder disciplinar, mas houve ofensa ao princípio da legalidade, considerando que a interdição do estabelecimento exigiria a intervenção do Poder Judiciário.

6. (2023)

No curso de uma fiscalização, fiscais de determinada municipalidade identificaram que um estabelecimento comercial instalou bancos e araras de roupas na calçada para alavancar seus negócios.

Os agentes municipais, considerando que estavam devidamente autorizados pela lei, no correto desempenho de suas funções, poderiam:

(A) aplicar multa ao estabelecimento e determinar a instauração de processo de interdição, como expressão de seu poder hierárquico;

(B) apreender os bancos e as araras e multar o estabelecimento, no exercício de seu poder disciplinar;

(C) interditar o estabelecimento e apreender todo o mobiliário da calçada, como expressão de seu poder de autotutela;

(D) interditar o estabelecimento, no exercício de seu poder de tutela administrativa;

(E) apreender os bancos e as araras de roupas irregulares e multar o estabelecimento, no exercício de seu poder de polícia.

7. (2023)

Para o regular exercício de determinada atividade empresarial, a sociedade Alfa teve que pleitear a respectiva licença junto à autoridade competente, que deve ser deferida mediante o preenchimento dos requisitos estabelecidos em lei, sendo correto afirmar que a aludida situação corresponde à manifestação do

(A) Poder de Polícia.

(B) Poder Hierárquico.

(C) Poder Normativo.

(D) Poder Disciplinar.

(E) Poder Discricionário.

8. (2023)

Em razão de notória inimizade com Marleci, Cleverson, autoridade administrativa competente para conceder determinado ato administrativo vinculado, ficou muito feliz em indeferir pedido por ela realizado. A respectiva negativa foi textualmente motivada de forma clara, explícita e congruente, com a indicação dos documentos que Marleci

deixou de juntar para lograr o deferimento do ato, que realmente eram necessários e não foram apresentados, mas ela está convicta de que Cleverson praticou o ato motivado por vingança.

Acerca dessa situação hipotética, é **correto** afirmar que o indeferimento do ato em questão:

- (A) está eivado de desvio de finalidade, que resulta da contaminação do móvel, correspondente à satisfação de Cleverson pela negativa;
- (B) está eivado de excesso de poder, na medida em que Cleverson possui notória inimizade com Marleci;
- (C) está eivado de vício insanável quanto ao motivo, que se confunde com o móvel na situação descrita;
- (D) não possui vício, na medida em que não há necessidade de motivar o indeferimento de ato vinculado;
- (E) não possui vício, considerando que o móvel não interferiu no motivo nem na motivação necessária e adequada para tal negativa.

9. (2024)

Gilberto estava estudando para concurso público com sua amiga Juliana, quando esta perguntou para ele qual a natureza jurídica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Nesse caso, a resposta **correta** de Gilberto foi de que se trata de

- (A) órgão integrante da Administração Direta.
- (B) pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Direta.
- (C) pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Indireta.
- (D) órgão integrante da Administração Indireta.
- (E) pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Indireta.

10. (2024)

Ao estudar para o concurso público para o cargo de Auditor de Controle Interno do Município de Belo Horizonte, Josélia decidiu se aprofundar no ponto atinente à teoria do órgão e sua aplicação no Direito Administrativo, assim como aquelas que buscam explicar a relação entre o Estado e os agentes públicos responsáveis pela manifestação da vontade estatal.

Diante de tais circunstâncias, Josélia concluiu corretamente que, no ordenamento pátrio, prevalece

- (A) a teoria da imputação volitiva, segundo a qual vontade do agente público que integra o órgão, que não é dotado de personalidade jurídica, é imputada à respectiva pessoa estatal;
- (B) a teoria da desconsideração da personalidade jurí-

dica, pois a vontade manifestada pelo agente é atribuída à pessoa estatal e não aos órgãos que a integram, que são despersonalizados.

(C) a teoria do mandato, segundo a qual o agente público é considerado mandatário do Estado, notadamente diante da personalidade jurídica que é reconhecida aos órgãos que compõem a respectiva estrutura.

(D) a teoria da representação, na medida em que o agente público é, na realidade, um representante do Estado e de seus respectivos órgãos, que integram ente federativo apesar de sua personalidade jurídica.

11. (2024)

Diante do aprofundamento de seus estudos em relação às peculiaridades da teoria do órgão, Rosa inferiu **corretamente** que

(A) os órgãos da Administração Pública são dotados de personalidade jurídica e capacidade processual, sendo que somente podem ser criados por lei.

(B) os órgãos da Administração Pública não são dotados de personalidade jurídica, de modo que a eles não pode ser reconhecida capacidade processual, sendo que podem ser criados por Decreto.

(C) os órgãos da Administração Pública são dotados de personalidade jurídica, mas não de capacidade processual, sendo que podem ser criados por Decreto.

(D) os órgãos da Administração Pública não são dotados de personalidade jurídica, nem possuem, em regra, capacidade processual, sendo que somente podem ser criados por lei.

(E) os órgãos da Administração Pública são dotados de personalidade jurídica, quando assim a lei determinar, situação em que tem capacidade processual, sendo que a sua criação pode decorrer de lei ou de Decreto.

12. (2024)

No âmbito da classificação dos órgãos quanto à posição estatal, existem os órgãos independentes, também designados de órgãos primários do Estado, em relação aos quais é bastante difundida a compreensão de que eles têm as suas atribuições definidas na Constituição e de que são colocados no ápice da pirâmide governamental, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional.

Nesse contexto, podem ser apontados como exemplo de órgão independente:

- (A) os Tribunais de Justiça;
- (B) os entes federativos;
- (C) as Procuradorias dos Estados;
- (D) as entidades autárquicas;
- (E) as Secretarias de Estado.

NOÇÕES DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2024)

Joana, estudante de Direito Constitucional, questionou seu professor em relação à correlação dos elementos estruturais do conceito de cidadania plena, à sua atribuição à pessoa humana e à forma de fruição.

Considerando os distintos aspectos afetos ao referido conceito, o professor respondeu, corretamente, que

- (A) seus aspectos estruturais se resumem ao direito de participação política efetivado de modo crítico, com pleno reconhecimento da realidade circundante.
- (B) a atribuição e a correlata fruição de seus distintos aspectos pressupõem o alistamento eleitoral perante a estrutura estatal de poder competente.
- (C) abrange o reconhecimento de uma esfera jurídica individual imune à intervenção estatal e à fruição de direitos prestacionais.
- (D) somente está ao alcance dos brasileiros natos, não dos estrangeiros, salvo se residentes no território brasileiro há mais de dez anos.

2. (2024)

No capítulo dos Direitos Sociais, a CRFB/88, em seu Art. 7º, elenca os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

Dos direitos previstos, indique aquele que até o presente momento **não** foi regulamentado e, assim, **não** pode ser exercido pelos trabalhadores brasileiros.

- (A) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- (B) Adicional de remuneração para as atividades penosas.
- (C) Proibição de trabalho noturno a menores de dezoito anos.
- (D) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.
- (E) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.

3. (2024)

O instituto da cidadania estabelece direitos e deveres para os indivíduos pertencentes à determinada sociedade. Esses direitos podem ser divididos em civis, políticos e sociais.

Assinale a opção que exemplifica corretamente os direitos sociais.

- (A) Direito à vida e à liberdade.
- (B) Direito à representação política.
- (C) Direito à propriedade privada.
- (D) Direito à saúde e à moradia.

4. (2024)

Lucca nasceu no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade alemã, aqui residiam e trabalham na embaixada da Itália. Cerca de três anos após o nascimento, Lucca e sua família passaram a morar na Itália.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é **correto** afirmar que Lucca

- (A) é estrangeiro, pois seus pais são estrangeiros.
- (B) é brasileiro nato, por ter nascido no território brasileiro.
- (C) é estrangeiro, pois seus pais se encontravam no território brasileiro a serviço de outro País.
- (D) pode se naturalizar brasileiro caso venha a residir por mais de 10 (dez) anos no território brasileiro;
- (E) será brasileiro nato, caso opte por essa nacionalidade ao completar 18 (dezoito) anos de idade.

5. (2024)

Anne e Johan, de nacionalidade originária alemã e que se naturalizaram brasileiros, passaram a trabalhar em um consulado marroquino com sede na Itália. Durante o período em que estavam em solo italiano, nasceu Andreas, que foi registrado perante a repartição italiana competente. Ao completar dezoito anos de idade, Andreas passou a morar no território brasileiro.

- À luz dessa narrativa, é correto afirmar que Andreas é
- (A) brasileiro nato.
 - (B) estrangeiro, já que o jus sanguinis somente alcança os filhos de brasileiros natos.
 - (C) estrangeiro, mas pode optar a qualquer tempo pela nacionalidade brasileira.

(D) estrangeiro, mas pode se naturalizar brasileiro caso resida por um ano ininterrupto no território brasileiro e tenha idoneidade moral.

(E) estrangeiro, mas será considerado brasileiro nato se ingressar com a ação cabível, perante a Justiça Federal, no primeiro ano em que residir no território nacional.

6. (2024)

José, brasileiro nato, casou-se com Ana, nascida no País X, e em virtude do trabalho de sua esposa, mudou-se para o referido país, onde reside há mais de 20 anos. Após todos esses anos vivendo em outro país, resolveu requerer a nacionalidade do País X.

Diante do exposto, caso José se naturalize no País X, é **correto** afirmar que

(A) uma vez que a obtenção voluntária de nova nacionalidade, seja ela originária, reconhecida pela lei estrangeira, ou secundária, adquirida por meio de naturalização, qualquer que seja a razão, enseja a perda da nacionalidade originária brasileira.

(B) não perderá a nacionalidade brasileira, salvo se José fizer expresso pedido de perda da nacionalidade (renúncia).

(C) ficará com a nacionalidade brasileira suspensa até que volte a residir no Brasil.

(D) perderá nacionalidade brasileira, salvo se essa nova nacionalidade advier de imposição de naturalização, pela norma estrangeira como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

(E) não perderá a nacionalidade brasileira, se voltar a residir no Brasil e optar, dentro do prazo de um ano, pela nacionalidade brasileira.

7. (2023)

Ana nasceu em território turco, sendo filha de pai alemão e mãe francesa, os quais trabalhavam na embaixada brasileira localizada na Turquia. Após crescer estudando a cultura brasileira, pois recebia influência direta do emprego dos seus pais, e completar 18 anos, Ana decidiu que seguiria carreira política no Brasil.

Ao decidir realizar esse sonho, consultou um advogado a respeito da sua nacionalidade, sendo-lhe corretamente informado que, à luz da ordem constitucional brasileira, ela é

(A) brasileira nata.

(B) brasileira nata, desde que tenha sido registrada na embaixada brasileira da Turquia.

(C) estrangeira, mas pode optar pela nacionalidade brasileira caso venha a residir no Brasil.

(D) estrangeira, mas pode se naturalizar brasileira caso sejam preenchidos os requisitos previstos em lei ordinária.

(E) estrangeira, mas pode se naturalizar brasileira, o que pressupõe o requisito indispensável de que resida quinze anos ininterruptos no Brasil e não tenha condenação penal.

8. (2023)

João, Tenente da Polícia Militar do Estado Alfa, pres-tes a completar quarenta anos de idade e há quinze anos ininterruptos em serviço na corporação, decidiu que iria se candidatar ao cargo eletivo de Deputado Federal nas eleições a serem realizadas no ano seguinte.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que João

(A) receberá licença remunerada, situação que perdurará até a proclamação dos eleitos, quando será agregado, passando para a inatividade, por ato do seu superior hierárquico, após a diplomação.

(B) deve afastar-se da atividade mediante licenciamento ex officio, situação que perdurará durante o período de campanha eleitoral e, caso eleito, de exercício do mandato.

(C) deve ser provisoriamente afastado da atividade, sem recebimento da remuneração, e, caso eleito, será agregado até o fim do mandato por ato do seu superior hierárquico.

(D) deve se afastar da atividade, para a reserva não remunerada, situação que perdurará durante a campanha eleitoral e, caso eleito, durante o exercício do mandato.

(E) será obrigatoriamente agregado e, se eleito, passará para a inatividade no ato da diplomação, independentemente da prática de qualquer outro ato.

9. (2024)

Maria, Prefeita do Município *Alfa*, em seu segundo mandato, almejava concorrer nas eleições que seriam realizadas no ano subsequente.

Por ter dúvida em relação à presença, ou não, de uma causa de inelegibilidade, consultou um especialista na matéria, sendo-lhe corretamente respondido que caso a eleição seja

(A) geral, ela poderá concorrer ao cargo de Deputada Estadual, desde que se desincompatibilize até três meses antes do pleito.

(B) municipal, ela poderá concorrer ao cargo de vereadora do Município Alfa, independente de desincompatibilização.

(C) geral, ela poderá concorrer ao cargo de Deputada Federal, independente de desincompatibilização.

(D) geral, ela poderá concorrer ao cargo de Governadora do Estado, desde que se desincompatibilize até seis meses antes do pleito.

(E) municipal, ela poderá concorrer ao cargo de Prefeita do Município Beta, desde que se desincompatibilize até seis meses antes do pleito.

10. (2024)

João, após o devido processo legal, foi condenado, em sentença penal transitada em julgado, à pena restritiva de direitos. Logo após a condenação, no dia em que iniciou o cumprimento da pena, consultou o seu advogado em relação aos efeitos sobre a ação popular que estava prestes a ajuizar em face do prefeito do município Alfa

e desse ente federativo, na qual almejava a declaração de nulidade do contrato de aquisição de bens superfaturados, com a correlata condenação do responsável ao ressarcimento do erário.

Foi corretamente esclarecido a João que:

(A) como a sua cidadania fora suspensa, ele não poderia figurar como autor da ação popular;

(B) como ele está apenas inelegível, não ocorrendo a perda ou a suspensão dos direitos políticos, não há óbice ao ajuizamento da ação popular;

(C) o ajuizamento da ação popular somente seria possível após o cumprimento da pena e a ulatimação do ulterior procedimento de reabilitação;

(D) a atuação como substituto processual, via ação popular, em benefício da coletividade, não é afetada pelas restrições que venham a ser impostas à esfera jurídica individual;

(E) a ausência de condenação à pena privativa de liberdade afasta qualquer efeito da condenação sobre os seus direitos políticos, sendo possível o ajuizamento da ação popular.

11. (2023)

João, cidadão muito engajado politicamente, foi condenado, em sentença transitada em julgado, à pena de detenção, substituída por pena restritiva de direitos, por ter praticado um crime contra o patrimônio.

Enquanto a pena restritiva de direitos produzia efeitos, João ajuizou ação popular em defesa do meio ambiente, isso em razão de um loteamento clandestino que fora criado em uma área de preservação ambiental de caráter permanente. Para surpresa de João, o processo foi extinto sem resolução de mérito sob o argumento de que os seus direitos políticos estavam suspensos em razão dos efeitos produzidos pela condenação criminal.

À luz da ordem constitucional, é **correto** afirmar que a extinção do processo, nas circunstâncias indicadas, foi:

(A) certa, pois, enquanto a pena restritiva de direitos produzir efeitos, os direitos políticos estarão suspensos;

(B) errada, pois os direitos políticos de João não foram restringidos pela sentença, o que lhe permitia ajuizar a ação popular;

(C) errada, pois os direitos políticos de João somente estariam suspensos caso estivesse cumprindo pena privativa de liberdade;

(D) certa, pois os direitos políticos de João permanecerão suspensos nos cinco anos subsequentes ao trânsito em julgado da sentença criminal transitada em julgado;

(E) errada, pois a suspensão dos direitos políticos pressupõe a instauração de processo próprio, perante a Justiça Eleitoral, não decorrendo diretamente da condenação criminal.

NOÇÕES DIREITO CIVIL

1. FGV - 2022

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro dispõe sobre o conflito de leis no tempo:

“Art. 2º. Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º. A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3º. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência”. Analise as afirmativas a seguir.

I. Como o Código Civil é a “Constituição do homem comum”, emenda à Constituição Federal, editada posteriormente ao Código Civil de 2002, não revoga regras codificadas, quando conflitantes.

II. A criação dos chamados “microssistemas” não exclui a aplicação do Código Civil às relações jurídicas abrangidas pelos ditos “microssistemas”.

III. O Código de Defesa do Consumidor se tornou incompatível com o Direito Empresarial, após a vigência do Código Civil de 2002.

IV. Tendo em vista a necessidade da criação dos chamados “microssistemas”, desde o século XX passou a ser recomendado evitar a interpretação do Direito como unidade sistemática, a fim de se garantir a supremacia da Constituição Federal, a centralidade do Código Civil e a segurança jurídica.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV, somente.
- (C) II, somente.
- (D) IV, somente.

2. FGV - 2022

Césio celebrou contrato de empreitada com a empresa GL1W. Pela avença, ficou acertado que as medições das obras seriam sempre feitas no dia 5 de cada mês. Subsequentemente, em quinze dias, o pagamento respectivo seria liberado.

Nos dois primeiros anos da execução contratual, a empresa não conseguia liberar a medição até o quinto dia, conforme pactuado. Césio, então, por sua mera liberalidade, aceitou, em todas as ocasiões, transferi-las para o dia 10, contando daí o prazo quinzenal para pagamento.

A partir do terceiro ano, a situação se normalizou, mas as medições continuaram a ser realizadas no dia 10. Um ano depois, a empresa pede judicialmente as diferenças financeiras pelos atrasos no pagamento, a aplicação de multa moratória sobre cada parcela e de juros de mora, devidos desde o início da execução do contrato.

À luz da boa-fé objetiva, Césio poderá alegar, em contestação, a ocorrência de:

- (A) *tu quoque*;
- (B) *surrectio*;
- (C) *supressio*;
- (D) dever de mitigar os próprios prejuízos (*duty to mitigate the loss*);
- (E) *exceptio doli*.

3. FGV - 2024

George Granger e Anna Macbeth, pais de Jane, fruto de uma relação casual, decidem emancipar a filha, que tem dezesseis anos e três meses de vida.

Sobre a hipótese, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Na situação narrada, a efetivação da emancipação dependerá da manifestação expressa de Jane, que poderá ser suprida judicialmente.
- (B) Os pais deverão requerer a emancipação judicial da filha, que deverá ser ouvida.
- (C) A filha deverá ter economia própria, que deverá ser comprovada pelos pais, como pressuposto material para a emancipação.
- (D) A emancipação pela concessão dos pais será feita mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- (E) O desejo dos pais na emancipação da filha dependerá do exercício de emprego público efetivo ou da colação de grau em curso de ensino superior.

4. FGV - 2024

Felipe, brasileiro nato, casado, estudante, 16 anos de idade; Renata, brasileira nata, solteira, servidora pública efetiva, 17 anos de idade; e Valter, brasileiro naturalizado, viúvo, aposentado, 83 anos de idade, resolveram constituir uma associação.

Entre os três, a capacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil encontra-se em

- (A) Valter, apenas.
- (B) Felipe e Valter, apenas.
- (C) Renata e Valter, apenas.
- (D) Felipe e Renata, apenas.
- (E) Felipe, Renata e Valter.

5. FGV - 2024

Bruce (85 anos) viajava de avião com sua esposa Marta (50 anos) e seu filho Olívio (17 anos) quando pane elétrica causou a queda da aeronave com a morte de todos os passageiros. Deixaram outra filha comum, Olívia, e dois netos, filhos de Olívio.

Nesse caso, à luz das normas do Código Civil, é correto afirmar que se presume:

- (A) Bruce ter morrido antes, por ser mais velho;
- (B) Bruce e Marta terem morrido antes, para que a herança passasse a Olívio e, depois, aos netos;
- (C) Olívio ter falecido antes, para que não haja direito sucessório entre os envolvidos;
- (D) todos terem falecido ao mesmo tempo, sem direitos sucessórios entre eles;
- (E) todos terem falecido ao mesmo tempo, sendo os direitos sucessórios entre eles regulados nos termos do Art. 1.829 do Código Civil.

6. FGV - 2024

A emancipação daquele com 16 anos completos dependerá de autorização judicial e registro público quando decorrer:

- (A) da concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público;
- (B) da colação de grau em curso de ensino superior;
- (C) do exercício de emprego público efetivo;
- (D) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria;
- (E) da concessão pelo tutor.

7. FGV - 2024

Albertina está grávida de Renato. Ocorre que, poucos dias antes do parto, o pai de Renato, Otávio, é assassinado em um brutal assalto.

Nesse caso, é correto afirmar que Renato, ao tempo da morte de seu pai:

- (A) tem personalidade jurídica e, por isso, pode ser sujeito de direitos, condicionais ou não;
- (B) não tem personalidade jurídica e não pode ser sujeito de direitos;
- (C) tem personalidade jurídica, mas capacidade limitada a certos atos, como receber herança;
- (D) não tem personalidade jurídica, mas pode ser sujeito de direitos, como receber indenização por danos morais;
- (E) tem personalidade jurídica e só pode ser sujeito de direitos condicionais, os quais só se consolidarão com o nascimento com vida.

8. FGV - 2023

Manoel, 17 anos de idade, mora com a sua avó materna no município de Lajes, Santa Catarina, onde cursa o ensino médio. Seus pais, que são divorciados, moram em Correia Pinto, SC. Os pais nunca foram destituídos do poder familiar, sendo que a mãe de Manoel deseja emancipá-lo.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) A emancipação pode ser feita por manifestação de vontade de um dos genitores, desde haja concordância expressa do emancipado.
- (B) Somente a avó, que tem a guarda de fato do menor, possui legitimidade para emancipação.
- (C) Como a guardiã de fato não é genitora do menor, a emancipação depende de decisão judicial, sendo ouvido o emancipado.
- (D) A emancipação de Manoel deve ser feita por concessão dos pais mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- (E) Na situação narrada, somente pelo casamento poderia haver a emancipação de Manoel.

9. FGV - 2021

Ricardo, 16 anos completos, recebeu autorização dos pais para se casar civilmente, o que ocorreu dois meses após a autorização. Juliana tem 17 anos completos e é contratada pela Companhia de Papéis Brasileira e, com seu salário, já possui economia própria. Estevão tem 17 anos completos e estuda medicina.

De acordo com as informações prestadas, são considerados emancipados apenas:

- (A) Juliana;
- (B) Juliana e Estevão;
- (C) Ricardo e Estevão;
- (D) Ricardo e Juliana;
- (E) Estevão.

10. FGV - 2021

Jane dá aula de inglês para três estudantes: Cristiano, 16 anos, emancipado voluntariamente por seus pais; Haroldo, 17 anos, universitário; e Andressa, 19 anos, parcialmente interditada e sob curatela porque dilapidava descontroladamente todo o seu patrimônio.

De acordo com o Código Civil, entre os estudantes, são relativamente incapazes:

- (A) Cristiano, Haroldo e Andressa;
- (B) Haroldo e Andressa;
- (C) Cristiano e Haroldo;
- (D) Cristiano e Andressa;
- (E) somente Cristiano.

11. FGV - 2020

Christiana tem três filhas: Roberta, que tem quinze anos e é estudante; Marisa, que tem dezessete anos, mas já se sustenta com o trabalho que realiza como empregada de uma joalheria; e Virgínia, que tem vinte anos, mas ainda reside com a mãe, que a sustenta. A capacidade para exercer os atos da vida civil é atribuída a:

- (A) somente Virgínia;
- (B) somente Marisa;
- (C) somente Marisa e Virgínia;
- (D) somente Roberta e Virgínia;
- (E) Roberta, Marisa e Virgínia.

12. FGV - 2019

Alberto, adolescente, obteve autorização de seus pais para casar-se aos dezesseis anos de idade com sua namorada Gabriela. O casal viveu feliz nos primeiros meses de casamento, mas, após certo tempo de convivência, começaram a ter constantes desavenças. Assim, a despeito dos esforços de ambos para que o relacionamento progredisse, os dois se divorciaram pouco mais de um ano após o

casamento. Muito frustrado, Alberto decidiu reunir algumas economias e adquiriu um pacote turístico para viajar pelo mundo e tentar esquecer o ocorrido.

Considerando que Alberto tinha dezessete anos quando celebrou o contrato com a agência de turismo e que o fez sem qualquer participação de seus pais, o contrato é

- (A) válido, pois Alberto é plenamente capaz.
- (B) nulo, pois Alberto é absolutamente incapaz.
- (C) anulável, pois Alberto é relativamente incapaz.
- (D) ineficaz, pois Alberto não pediu a anuência de Gabriela.

13. FGV - 2018

Joaquim, de 10 anos, é contemplado, em testamento deixado por seu tio avô, Antônio, com um pequeno apartamento no Município de Florianópolis. Surpresos com a deixa, os genitores de Joaquim procuram assistência jurídica. Nesse caso, Joaquim:

- (A) não poderá receber a propriedade do imóvel, visto ser absolutamente incapaz;
- (B) não possui personalidade civil, assim seus pais receberão a propriedade do bem;
- (C) poderá receber a propriedade do imóvel, mediante a assistência dos pais;
- (D) poderá receber a propriedade do bem, já que possui capacidade de direito;
- (E) poderá receber a propriedade do bem quando atingir a maioridade civil.

14. FGV - 2018

Marcos, 46 anos, usuário de entorpecentes que lesionaram irreversivelmente seu sistema cognitivo, contraiu diversas dívidas e vive em situação de mendicância. Sua mãe e sua ex-mulher, mãe de sua filha de 15 anos, procuraram assistência jurídica para gerir a situação.

Nesse caso, Marcos

- (A) deverá ser interditado em razão da condição de toxicômano por absoluta incapacidade.
- (B) será considerado relativamente incapaz por vício em tóxicos e deverá ser assistido na prática de determinados atos.
- (C) não apresentava vontade hígida para a contração de dívidas, pelo que, todas são tidas como inexistentes.
- (D) deverá ser observado por um período de seis meses, sob assistência, para que seja declarado absolutamente incapaz.
- (E) perderá automaticamente, caso seja considerado incapaz, o poder familiar em relação à sua filha.

NOÇÕES DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (2024)

O Projeto Florença, coordenado por Mauro Cappelletti, delinhou três ondas renovatórias enquanto analisava os obstáculos ao acesso à Justiça.

Sobre as *ondas renovatórias*, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A primeira onda renovatória concentra-se na abordagem da desigualdade de gênero nos sistemas de justiça, buscando a implementação de ações destinadas a reestruturar o sistema jurídico em prol dos direitos das mulheres.

() A segunda onda renovatória caracteriza-se pela busca mais eficaz da proteção de direitos metaindividuais, como os direitos das áreas de proteção ambiental e dos consumidores, sejam eles difusos ou coletivos.

() A terceira onda renovatória abrange a assistência jurídica gratuita, referindo-se à prestação de serviços jurídicos para indivíduos em situação de hipossuficiência. As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

2. (2021)

Entre as características e contornos do processo estrutural, estão:

- (A) predomínio de protagonismo judicial, com pouco espaço para o consensualismo, dada a indisponibilidade dos interesses em jogo;
- (B) utilização de técnicas processuais flexibilizadoras, sem prejuízo do respeito a garantias básicas, como a estabilização do pedido e a congruência entre pedido e sentença;
- (C) existência de decisões “em cascata”, estabelecimento de planos e atenção a regimes de transição;
- (D) preocupação com a eficiência do procedimento, a efetividade da prestação jurisdicional e a celeridade da atividade satisfativa;
- (E) utilização constante de precedentes vinculantes, proliferação de negócios jurídicos processuais e incentivo à atuação de amici curiae.

3. (2023)

No julgamento de um processo perante o Tribunal de Contas do Estado, em que se julgaram incorretas as contas prestadas por um agente público, foi, ao final, imputada a este a obrigação do pagamento do débito apurado.

Sabendo-se que foi observado o devido processo legal, com respeito ao contraditório e à ampla defesa, é correto afirmar sobre o referido processo que:

- (A) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;
- (B) sua atividade é jurisdicional, sendo suas decisões não acobertáveis pelo manto da coisa julgada material;
- (C) há atividade administrativa, sendo a Corte de Contas órgão auxiliar da estrutura do Poder Judiciário brasileiro;
- (D) não há atividade jurisdicional, mas eminentemente administrativa e fiscalizatória, não podendo sua legalidade se submeter ao crivo do Poder Judiciário;
- (E) não há atividade jurisdicional, mas eminentemente administrativa e fiscalizatória, podendo sua legalidade se submeter ao crivo do Poder Judiciário.

4. (2023)

O atual Código de Processo Civil dedica alguns artigos ao que denominou Normas Fundamentais do Processo, demonstrando, inclusive, o fenômeno da constitucionalização do direito processual.

Nesse cenário, é **correto** afirmar que:

- (A) o processo civil rege-se pelo princípio dispositivo e o processo começa e se desenvolve apenas por iniciativa da parte;
- (B) sob pena de malferir o princípio da imparcialidade, o juiz não deve apontar às partes eventuais deficiências formais do processo para permitir as devidas correções;
- (C) embora as partes tenham o direito de obter em prazo razoável a solução integral do processo (CPC, Art. 4º), nosso direito processual civil não admite o contraditório diferido;

(D) a proibição de decisão surpresa, conforme previsto no Art. 10 do Código de Processo Civil, não se aplica quando a matéria sobre a qual o juiz deva decidir seja de ordem pública ou possa ser conhecida de ofício;
 (E) ao alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu, em sintonia com os princípios da primazia da decisão de mérito, da cooperação e da boa-fé processual, indicar, sempre que tiver conhecimento, o sujeito passivo da relação jurídica discutida.

5. (2023)

Sobre os princípios reguladores do processo civil, é **correto** afirmar que:

(A) são mandados de otimização e normalmente devem ser ponderados com outros, não sendo previstos de forma expressa no Código de Processo Civil;
 (B) a ampla defesa é um princípio típico de direito material, já que garante ao acusado a chance de provar sua inocência, não apresentando muita relevância no âmbito do processo;
 (C) a isonomia processual é um princípio com fonte constitucional que garante às partes paridade de tratamento no âmbito do processo;
 (D) o princípio do devido processo legal não foi previsto expressamente no Código de Processo Civil vigente e por isso não é aplicado em processos que tramitam pelo procedimento comum;
 (E) a duração razoável do processo garante uma solução em tempo adequado a todas as demandas, porém, não se aplica ao cumprimento de sentença.

6. (2023)

“Hoje, o contraditório ganhou uma projeção humanitária muito grande, sendo, provavelmente, o princípio mais importante do processo. Ele é um megaprincípio que, na verdade, abrange vários outros e, nos dias atuais, não se satisfaz apenas com uma audiência formal das partes, que é a comunicação às partes dos atos do processo, mas deve ser efetivamente um instrumento de participação eficaz das partes no processo de formação intelectual das decisões e de cooperação entre todos os sujeitos do processo (Código de Processo Civil 2015, art. 6º).” (GRECO, Leonardo. Instituições de Processo Civil, vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 514).

Com base na garantia fundamental do contraditório humano e participativo, expressa no texto acima, é correto afirmar que:

(A) a regra de que o contraditório é eficaz e sempre prévio é excepcionada apenas pela possibilidade de deferimento de tutelas provisórias de urgência e da evidência;
 (B) em consonância com o princípio da cooperação processual, é indispensável ao reconhecimento da deserção que o juiz intime a parte para regularizar o preparo, especificando qual equívoco deverá ser sanado;
 (C) considerando a posição de sujeição do executado aos atos executórios, o contraditório é mitigado na execução, permitido seu exercício excepcional através da impugnação ou dos embargos;
 (D) o juiz pode decidir, no primeiro grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício;
 (E) regularmente citado e decretada a revelia do réu na fase de conhecimento, não é necessária a intimação do executado, sem advogado constituído nos autos, na fase de cumprimento de sentença por intermédio de carta com Aviso de Recebimento.

7. (2019)

Constitui uma exceção à característica inerte da jurisdição:

(A) ação possessória tendo por objeto bem público;
 (B) *habeas data*;
 (C) restauração de autos;
 (D) ação popular;
 (E) mandado de injunção.

8. (2022)

Antônia, civilmente capaz, inconformada com as farras provas das agressões que sua filha Maria sofre de seu genro Paulo, com quem Maria é casada, propõe ação de divórcio em face deste, por intermédio de seu procurador constituído nos autos, para dissolver o casamento de sua filha.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

(A) Antônia tem legitimidade ordinária para a propositura da ação de divórcio;
 (B) Antônia tem legitimidade extraordinária para a propositura da ação de divórcio;
 (C) falta uma das condições para o legítimo exercício do direito de ação;
 (D) falta a capacidade postulatória para que Antônia ajuíze a ação de divórcio;
 (E) o juiz deve julgar desde logo procedente o pedido, uma vez que há provas do fato.

9. (2018)

Credor de obrigação contratual, já vencida e não paga, ajuizou ação em que se limitou a pleitear a declaração da existência de seu direito de crédito.

Ao apreciar a petição inicial, deverá o órgão jurisdicional:

- (A) indeferi-la, dada a falta de interesse de agir;
- (B) indeferi-la, dada a impossibilidade jurídica do pedido;
- (C) indeferi-la, dada a sua inépcia formal;
- (D) determinar que o autor a emende no prazo legal;
- (E) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda.

10. (2018)

São elementos da ação:

- (A) partes, juiz e demanda;
- (B) juiz, processo e demanda;
- (C) jurisdição, processo e pedido;
- (D) partes, pedido e causa de pedir;
- (E) jurisdição, causa de pedir e partes.

11. (2023)

O tripulante de um barco brasileiro foi morto pelo ataque de uma embarcação estrangeira no mar territorial brasileiro. Os descendentes da vítima ajuizaram ação de responsabilidade civil em face do Estado estrangeiro perante a Justiça Federal brasileira, alegando tratar-se de caso de violação de direitos humanos.

Nessa situação hipotética, é **correto** afirmar que:

- (A) a Justiça Federal brasileira tem competência para processar e julgar a causa, não sendo hipótese de imunidade de jurisdição;
- (B) caso a mesma ação tenha sido proposta no exterior, deverá o processo ser extinto sem julgamento de mérito, em razão da litispendência;
- (C) caso a mesma ação tenha sido proposta no exterior, deverá o processo ser suspenso para aguardar o julgamento da ação pela Justiça estrangeira;
- (D) deverá ser reconhecida de ofício a imunidade de jurisdição em favor do Estado estrangeiro, por tratar-se de ato de império, devendo o processo ser extinto sem julgamento de mérito;
- (E) o Estado estrangeiro deve ser citado para oferecer resposta, mas, caso invoque sua imunidade, deverá o processo ser extinto sem julgamento de mérito, por tratar-se de ato de império.

12. (2021)

Sobre a cooperação nacional e internacional, é **correto** afirmar que:

- (A) a cooperação jurídica internacional terá por objeto medidas judiciais, ficando excluídas as medidas extrajudiciais;
- (B) na cooperação jurídica internacional, a publicidade dos atos processuais praticados no Brasil deverá observar as hipóteses de sigilo da legislação nacional, sendo irrelevantes as situações previstas na legislação do Estado requerente;
- (C) compete ao juízo estadual do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional;
- (D) os atos concertados entre os juízes cooperantes poderão consistir no estabelecimento de procedimento para a efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas;
- (E) o pedido de cooperação judiciária não pode abranger atos relacionados à facilitação de habilitação de créditos na falência.

13. (2021)

Carlyle Schneider, engenheiro suíço, morava em Madison, Wisconsin, Estados Unidos da América, há 12 anos.

Em meados de 2015, participou da construção de dois edifícios em Florianópolis, Brasil, dos quais se afeiçoou de tal modo, que decidiu adquirir uma unidade residencial em cada prédio. Portanto, apesar de bem estabelecido em Madison, era o Sr. Schneider proprietário de dois imóveis no Brasil.

Em 10/12/2017, viajou à Alemanha e, ao visitar um antigo casarão a ser restaurado, foi surpreendido pelo desabamento da construção sobre si, falecendo logo em seguida. Carlyle Schneider deixou 3 (três) filhos, que moravam na Suíça.

A respeito dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional, com base nas normas constantes do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em matéria de sucessão hereditária, compete exclusivamente à autoridade judiciária da Suíça, país de nacionalidade do autor da herança e de nacionalidade e residência dos herdeiros legítimos, proceder à partilha dos dois bens imóveis situados no Brasil.
- (B) Em matéria de sucessão hereditária, compete concomitantemente à autoridade judiciária da Alemanha, local de óbito do autor da herança, proceder à partilha dos dois bens imóveis situados no Brasil.

NOÇÕES DIREITO PENAL

1. (2014)

Roberto, médico obstetra de um hospital público, é chamado a atender Maria, já em adiantado trabalho de parto.

Após algumas horas, a jovem, com 17 anos de idade, dá à luz uma criança saudável.

Conversando com a menor parturiente, Roberto toma conhecimento de sua precária situação financeira e da condição miserável em que vive com seus outros 02 (dois) filhos de relacionamentos diversos.

É informado por ela de que há uma família abastada interessada em ficar com o recém-nascido, a quem pretende entregá-lo tão logo obtenha alta hospitalar. Sobre a conduta do médico, é correto afirmar que:

(A) deve se manter distante da situação particular das gestantes que atende, considerando que o direito à intimidade e à vida privada são protegidos constitucionalmente;

(B) deve ajudar e facilitar a entrega do recém-nascido à família abastada, que ostenta condição econômica, familiar e psicológica mais favorável à criação da criança, levando em conta o princípio “do melhor interesse do menor”;

(C) deve verificar se o pai da criança e a família da parturiente menor de idade estão cientes e de acordo com a decisão de entregá-la à família abastada, considerando que compete aos familiares decidir o destino de seus integrantes, desde que respeitado o “melhor interesse do menor”;

(D) deve efetuar o imediato encaminhamento à autoridade judiciária da intenção da mãe da criança de entregá-la à adoção, ainda que convicto de que a decisão da mãe é a que melhor preserva o interesse do menor;

(E) deve comunicar o fato ao diretor do hospital, a quem compete tomar as medidas legais cabíveis.

2. (2018)

Vinte adolescentes entre 15 e 17 anos, todos desacompanhados, montam acampamento, na rua, em frente à porta de entrada do show de uma famosa banda internacional de pop rock, que ocorrerá daqui a cinco dias. Oficial da Infância e Juventude dirige-se até lá para conversar com o grupo, a fim de que evitem pernoitar no local, por ser muito perigoso.

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, conclui-se que os adolescentes:

(A) poderão pernoitar no local, considerando o direito à liberdade;

(B) não poderão pernoitar no local, uma vez que violariam o direito à própria dignidade;

(C) poderão pernoitar no local, pela abrangência do direito ao respeito;

(D) não poderão pernoitar no local, pois o direito à liberdade não abrange a permanência;

(E) poderão pernoitar no local, em razão do direito à cultura.

3. (2023)

Carola, alemã, descobre, aos 29 anos, que tem uma irmã no Brasil, Maria, de 15 anos, fruto do relacionamento de seu pai com uma potiguar.

Muda-se, então, para Mossoró, onde estabelece seu novo domicílio. Consegue a guarda de sua irmã, com quem convive por três anos e meio até que, tamanha a ligação fraternal e o benefício recíproco da relação, ajuíza o pedido de adoção, o que muito alegra Maria.

Nesse caso, a adoção:

(A) será considerada internacional, diante da nacionalidade da adotante;

(B) não será possível, porque a adotante não é dezesseis anos mais velha do que a adotada, obstáculo intransponível;

(C) não será possível, porque as partes são irmãs, obstáculo intransponível;

(D) poderá ser levada a termo, mesmo que Carola não esteja inscrita no Cadastro Nacional de Adoção;

(E) não será possível, porque Maria já conta mais de 18 anos na data do pedido, obstáculo intransponível.

4. (2018)

Marcelo e Márcio vivem em união estável e decidem adotar uma criança. Para tanto, encaminham-se até o Juízo da Infância e da Juventude, recebendo do Oficial da Infância e Juventude a seguinte orientação sobre a habilitação de pretendentes à adoção prevista no ECA:

- (A) somente serão habilitados para adoção de criança ou adolescente com deficiência ou doença crônica;
- (B) um se habilita e, após a adoção, o outro ingressa com pedido de adoção unilateral;
- (C) é vedada a adoção conjunta por pessoas que vivem em união homoafetiva;
- (D) não poderão se habilitar, pois apenas os casados podem adotar conjuntamente;
- (E) terão prioridade no cadastro, caso desejem adotar criança ou adolescente com deficiência ou doença crônica.

5. (2018)

Joana, avó paterna, tem a guarda de fato de seu neto Lucas desde que ele nasceu. O menor tem hoje 7 anos de idade. A genitora faleceu no parto e é desconhecido o paradeiro do genitor. Havendo necessidade de matricular o infante em estabelecimento de ensino, foi exigido da avó Joana que apresentasse a certidão de guarda do menor.

Para tanto, a avó procurou a Defensoria Pública, que pode:

- (A) ajuizar ação de guarda, e requerer, em tutela de urgência, a busca e apreensão do menor, de natureza satisfativa, em caráter incidental;
- (B) ajuizar ação de guarda, e requerer, em tutela de evidência, a guarda provisória, de natureza antecipada, em caráter antecedente ou incidental;
- (C) ajuizar ação de guarda, e requerer, em tutela de urgência, a guarda provisória, de natureza antecipada, em caráter antecedente ou incidental;
- (D) encaminhar os autos ao Ministério Público para que esse ajuíze ação de guarda para a avó, uma vez que ela não pode ser parte legítima em ação de guarda do neto;
- (E) encaminhar os autos ao Ministério Público para que esse represente o menor e proponha a ação de guarda, em nome próprio, na defesa dos interesses do menor.

6. (2014)

Paulo, com 8 anos de idade, foi colocado sob a guarda de seu tio Pedro, visto que seus pais foram presos pela prática de roubo. Cinco anos mais tarde, os pais, agora em liberdade, reaparecem e exigem de Pedro a imediata de-

volução do agora adolescente Paulo. Pedro, contudo, não deseja entregar seu sobrinho aos pais, pois entende que eles ainda estão envolvidos com crimes. Pedro, nessa situação:

- (A) deve devolver imediatamente o adolescente aos pais, que não chegaram a ser destituídos do poder familiar;
- (B) alega que os pais devem procurar o Conselho Tutelar, que pode revogar a guarda;
- (C) pode se opor à entrega do adolescente aos seus pais;
- (D) deve firmar um documento particular, revogando a guarda e devolvendo o adolescente aos pais;
- (E) alega que os pais devem procurar o Promotor de Justiça, que pode, mediante Portaria fundamentada, revogar a guarda.

7. (2014)

Lucas, 3 (três) anos de idade, é filho de João e Maria. Seus pais, usuários de drogas, estão internados em uma clínica de reabilitação de adictos, de sorte que está o menor, de fato, sob a guarda de um casal brasileiro amigo de seus genitores, há cerca de seis meses.

Verificando o casal que não há previsão de alta hospitalar para os pais da criança, decidem ir a juízo e requerer a guarda da criança, informando ao juiz, dentre outras coisas, que possuem residência tanto no Brasil como nos Estados Unidos da América.

Ao argumento de que o pedido de guarda atende ao princípio do melhor interesse do menor, o qual precisa, inclusive, de assistência médica, requer o casal lhe seja deferida, liminarmente, a guarda de Lucas.

Considerando os dados fornecidos pelo problema e o disposto no Art. 33, e seus parágrafos, da Lei nº 8.069/90, é correto afirmar que:

- (A) a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, sendo certo que o seu deferimento liminar está restrito aos procedimentos de tutela e adoção;
- (B) o instituto da guarda se presta, em algumas hipóteses, a atender situações especiais ou a prática de atos determinados;
- (C) a guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins de direito, exceto os previdenciários, diante da vedação constitucional;
- (D) na hipótese da guarda ser concedida, o seu deferimento impede o exercício de visita pelos pais;
- (E) os pais biológicos, privados da guarda de seu filho menor, estão isentos do dever de a ele prestar alimentos.

8. (2014)

Quanto à colocação em família substituta, é correto afirmar que:

- (A) a partir dos 12 anos, é necessário o consentimento do adolescente, expresso por qualquer meio de prova;
- (B) se a família substituta for estrangeira e sendo recomendada pela Equipe Técnica do Juizado, pode ser concedida a guarda de criança ou adolescente brasileiro;
- (C) ela pode se realizar mediante guarda, tutela, adoção ou abrigamento;
- (D) se realiza mediante guarda, tutela ou adoção;
- (E) a colocação em família substituta permite a transferência da criança ou adolescente a terceiros, devendo ser posteriormente comunicado o fato ao juiz, se problemas ocorrerem nessa transferência.

9. (2014)

Joana, de 26 anos de idade, vive em união estável com Eduardo, cinco anos mais velho do que ela, há seis anos.

Depois de vários anos tentando, sem sucesso, engravidar, decide juntamente com seu companheiro adotar. Durante uma visita a um abrigo de menores, conhece Pedro, criança de 10 (dez) anos de idade.

Apaixonados por Pedro, que demonstra extremo apego ao casal, decidem, então, iniciar o procedimento de adoção.

No curso do processo de adoção, o casal se separa, mas mantém o propósito de prosseguir com a adoção conjunta. Considerando os dados fornecidos pelo problema e à luz das disposições da Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar que:

- (A) o adotante deve contar com, no mínimo, 30 anos de idade, na data do pedido, devendo haver entre adotante e adotado, no mínimo, dezesseis anos de diferença;
- (B) não se exige para adoção conjunta que os adotantes sejam casados civilmente ou que mantenham união estável, bastando que se comprove ao menos um vínculo de amizade;
- (C) os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, desde que obedecidos os requisitos legais;
- (D) na hipótese descrita acima é indispensável o consentimento do adotando; na forma do Art. 45, § 2º, da Lei nº 8.069/90;
- (E) uma vez iniciado o procedimento de adoção conjunta, ainda que o casal jamais tenha convivido com o menor, a eventual separação, no curso do processo, não impede o acolhimento do pedido, desde que ratificado pelos requerentes.

10. (2014)

Quanto ao tema adoção, é correto afirmar que:

- (A) pode ser revogada, mediante processo judicial com ampla defesa;
- (B) é restabelecido, pela morte dos adotantes, o poder familiar dos pais biológicos;
- (C) pode ser obtida por procuração, desde que a mesma seja de forma pública;
- (D) não deve ser informada ao adotado sua origem biológica, ficando vedado o acesso ao processo no qual a adoção foi deferida;
- (E) confere recíproco direito sucessório entre adotado e adotante.

11. (2018)

José, 20 anos, na companhia do irmão João, 16 anos, procura o Oficial da Infância e Juventude buscando orientação de como proceder para que o adolescente não perca uma grande chance de aprendizagem. Isso porque João precisa, com urgência, assinar um contrato de trabalho e abrir uma conta bancária. Acontece que os pais dos irmãos estão viajando, com retorno previsto para dois dias após a data limite para a assinatura do termo. Segundo o princípio da proporcionalidade e atualidade previsto no ECA, João poderá assinar o contrato e abrir a conta bancária:

- (A) sozinho, pois menor púbere;
- (B) com o direito de representação pelo irmão José;
- (C) com a suspensão do poder familiar;
- (D) com a ratificação posterior dos pais;
- (E) com a tutela pelo irmão José.

12. (2018)

Oficial da Infância e Juventude encontra, em uma banca de jornal, revista com material inadequado para crianças e adolescentes, contendo na capa a foto de um homem e uma mulher em posição erótica, com mensagem nitidamente pornográfica. O dono da banca de jornal alega que a revista está exposta corretamente, já que lacrada e com a informação de que se trata de material impróprio para crianças e adolescentes. Analisando o caso, conclui-se que o Oficial da Infância e Juventude:

- (A) deverá lavrar auto de infração administrativa e apreender a revista;
- (B) não deverá agir, pois a revista está lacrada e com a advertência de material impróprio;
- (C) deverá chamar a polícia, por se tratar de crime previsto no ECA;
- (D) deverá apenas acionar o Ministério Público, diante da ausência de previsão da conduta no ECA;
- (E) deverá instaurar portaria para a apuração da irregularidade na banca de jornal.

NOÇÕES DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2022)

No Brasil, o princípio da proibição da dupla persecução penal ou da vedação à dupla incriminação:

- (A) tem expressa previsão na Constituição da República de 1988;
- (B) não tem previsão normativa, o que impede sua aplicação;
- (C) tem expressa previsão no Código de Processo Penal;
- (D) não tem previsão normativa, decorrendo implicitamente da Constituição da República de 1988;
- (E) tem expressa previsão na legislação processual penal extravagante.

2. (2024)

Jonas, delegado de polícia, deflagrou um inquérito policial para apurar a prática de crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo. Contudo, meses após o início das investigações e esgotadas todas as diligências policiais cabíveis, não logrou êxito em apurar a autoria delitiva.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o delegado de polícia:

- (A) não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da indisponibilidade do procedimento investigativo;
- (B) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da discricionariedade do procedimento investigativo;
- (C) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da dispensabilidade do procedimento investigativo;
- (D) não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da oficialidade do procedimento investigativo;
- (E) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da oficiosidade do procedimento investigativo.

3. (2024)

João, delegado de polícia, foi cientificado sobre a ocorrência, na circunscrição da sua unidade policial, de um crime de latrocínio tentado, perseguível mediante ação penal pública incondicionada. Dessa forma, a autoridade policial, independentemente de qualquer provocação por parte da vítima, deflagrou um inquérito policial visando à apuração dos fatos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a atuação de João, ao deflagrar a investigação, é uma manifestação da:

- (A) discricionariedade do inquérito policial;
- (B) confidencialidade do inquérito policial;
- (C) indisponibilidade do inquérito policial;
- (D) dispensabilidade do inquérito policial;
- (E) oficiosidade do inquérito policial.

4. (2018)

Gustavo, Delegado de Polícia, é a autoridade policial que preside duas investigações autônomas em que se apura a suposta prática de crimes de homicídio contra Joana e Maria. Após realizar diversas diligências, não verificando a existência de justa causa nos dois casos, elabora relatórios finais conclusivos e o Ministério Público promove pelos arquivamentos, havendo homologação judicial. Depois do arquivamento, chega a Gustavo a informação de que foi localizado um gravador no local onde ocorreu a morte de Maria, que não havia sido apreendido, em que encontrava-se registrada a voz do autor do delito. A autoridade policial, ademais, recebe a informação de que a família de Joana obteve um novo documento que indicava as chamadas telefônicas recebidas pela vítima no dia dos fatos, em que constam 25 ligações do ex-namorado de Joana em menos de uma hora.

Considerando as novas informações recebidas pela autoridade policial, é correto afirmar que:

- (A) não poderá haver desarquivamento do inquérito que investigava a morte de Joana, mas poderá ser desarquivado o que investigava a morte de Maria, tendo em vista que o documento obtido pela família de Joana não existia quando do arquivamento;
- (B) poderá haver desarquivamento dos inquéritos diretamente pela autoridade policial, mas não poderá o Ministério Público oferecer imediatamente denúncia, ainda que haja justa causa, diante dos arquivamentos anteriores;
- (C) poderá haver desarquivamento dos inquéritos que investigavam as mortes de Joana e Maria, pois em ambos os casos houve prova nova, ainda que o gravador já existisse antes do arquivamento;
- (D) poderá haver desarquivamento do inquérito que investigava a morte de Joana, mas não do de Maria, tendo em vista que apenas no primeiro caso houve prova nova;
- (E) não poderá haver prosseguimento das investigações, tendo em vista que houve decisão de arquivamento que fez coisa julgada.

5. (2014)

Brenda, empregada doméstica, foi presa em flagrante pela prática de um crime de furto qualificado contra Joana, sua empregadora. O magistrado, após requerimento do Ministério Público, converteu a prisão em flagrante em preventiva. Nessa hipótese, de acordo com o Código de Processo Penal, o prazo para conclusão do inquérito policial será de:

- (A) 05 (cinco) dias;
- (B) 10 (dez) dias;
- (C) 15 (quinze) dias, improrrogáveis;
- (D) 15 (quinze) dias, prorrogáveis por decisão judicial;
- (E) 30 (trinta) dias.

6. (2024)

Jonas, adolescente, foi ofendido por Tício, Mévio e Petrônio, maiores e capazes, que proferiram diversos xingamentos em seu desfavor. O genitor de Jonas procurou um advogado, que sugeriu o ajuizamento de uma ação penal de iniciativa privada, por meio de uma queixa-crime, em detrimento dos autores da infração penal. Nada obstante, antes de adotar qualquer providência, o infante e seu pai debateram sobre os benefícios e malefícios inerentes ao manejo da ação e à renúncia ao direito de queixa.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a:

- (A) queixa deverá ser oferecida no prazo de três meses, a contar do dia das ofensas, sob pena de decadência;
- (B) queixa, salvo quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo;
- (C) renúncia expressa constará de declaração assinada pelo representante legal do ofendido ou procurador com poderes gerais;
- (D) queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o juiz velará pela sua indivisibilidade;
- (E) renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.

7. (2024)

Marcos, maior e capaz, após completar 21 anos, em janeiro de 2024, se torna vítima de uma operação financeira fraudulenta, caracterizadora do crime de estelionato. O particular comparece à Delegacia de Polícia especializada em crimes cibernéticos e registra um boletim de ocorrência, narrando o ocorrido. Após o êxito das investigações e com a autoria delitiva delimitada, o Ministério Público oferece denúncia em face de Tício, que é prontamente recebida pelo juízo competente. Durante a instrução processual, contudo, o ofendido demonstra o interesse na descontinuidade da persecução processual.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, o processo:

- (A) terá regular prosseguimento, considerando que o crime de estelionato é perseguível mediante ação penal pública incondicionada;
- (B) terá regular prosseguimento, considerando que a representação é irretratável depois de oferecida a denúncia;
- (C) terá regular prosseguimento, considerando que a representação é irretratável depois de recebida a denúncia;
- (D) deverá ser extinto, em razão do perdão concedido pela vítima no curso da instrução processual;
- (E) deverá ser extinto, em razão da retratação da vítima no curso da instrução processual.

8. (2022)

O Ministério Público requereu, dentro do prazo legal, o arquivamento do inquérito policial, e o juiz considerou improcedentes as razões por aquele invocadas, remetendo os autos ao procurador-geral de Justiça.

Se este insistir no arquivamento:

- (A) poderá o ofendido ajuizar ação privada subsidiária;
- (B) poderá o juiz desarquivar o inquérito policial de ofício;
- (C) estará o juiz obrigado a atender à determinação de arquivamento do inquérito policial;
- (D) poderá o juiz remeter os autos a outro membro do Ministério Público para oferecimento de denúncia;
- (E) deverá o juiz devolver os autos à autoridade policial, a fim de que esta realize as diligências imprescindíveis ao exercício da ação penal.

9. (2018)

Foi instaurado inquérito policial para apurar a suposta prática de crime de estelionato, figurando Valéria como vítima e Júlio César como indiciado. Após a realização de diversas diligências e a apresentação de relatório conclusivo por parte da autoridade policial, o Ministério Público analisou os elementos informativos e encaminhou ao Judiciário promoção de arquivamento, entendendo pela inexistência de justa causa. Ao tomar conhecimento, Valéria fica revoltada com a conduta do órgão ministerial, pois está convicta de que Júlio César seria o autor do delito. Diante disso, apresenta queixa, iniciando ação penal privada subsidiária da pública.

Quando iniciada a análise da ação penal privada subsidiária da pública, deverá o órgão do Poder Judiciário competente:

- (A) receber a inicial acusatória e, caso o ofendido deixe de promover o andamento do processo por 30 dias seguidos, deverá ser reconhecida a perempção;
- (B) não receber a inicial acusatória, tendo em vista que não houve omissão do Ministério Público a justificar a ação penal privada subsidiária da pública;
- (C) receber a inicial acusatória, passando o ofendido a figurar como parte do processo, não podendo o Ministério Público aditar a queixa oferecida;
- (D) receber a inicial acusatória, podendo o Ministério Público oferecer denúncia substitutiva da queixa, fornecer elementos de prova e interpor recursos;
- (E) não receber a inicial acusatória, pois não há previsão do instituto da ação penal privada subsidiária da pública na Constituição da República de 1988, não sendo a previsão do Código de Processo Penal recepcionada.

10. (2018)

Bartolomeu, Oficial de Justiça, foi vítima de crime de injúria sem relação com o exercício da função pública, crime de ação penal privada. A ofensa ocorreu no dia 06 de setembro de 2017 através de escrito recebido por Bartolomeu em mãos, mas sem assinatura. Após diligências para identificar o autor das ofensas, Bartolomeu descobre, em 07 de dezembro de 2017, que aquelas foram proferidas por João e José, em conjunto, réus em uma ação penal que corre perante a Vara Criminal de Maceió. Após o recesso forense e o carnaval, em 06 de março de 2018, Bartolomeu apresenta queixa-crime em face de João, esclarecendo na inicial que não tem interesse em incluir José no polo passivo pelo fato de ele ser maior de 70 anos.

Com base apenas nas informações expostas, o magistrado:

- (A) não poderá receber a queixa em face de João, tendo em vista que houve decadência e o prazo decadencial tem natureza material;
- (B) não poderá receber a queixa em face de João, tendo em vista a renúncia realizada em favor de José;
- (C) deverá receber a queixa em face de João e José, tendo em vista que o prazo decadencial tem natureza processual;
- (D) deverá receber a queixa em face de João, tendo em vista que o prazo decadencial tem natureza processual;
- (E) deverá receber a queixa em face de João, pois, apesar da natureza material, o início do prazo decadencial somente ocorreu em 07 de dezembro de 2017.

11. (2018)

Matheus foi vítima de crime de ação penal pública condicionada à representação. Logo após os fatos, compareceu em sede policial e, oralmente, manifestou ao Delegado o interesse em representar em face do autor dos fatos. Diante disso, foi oferecida denúncia pelo Ministério Público. Matheus, porém, se arrependeu e demonstrou interesse em se retratar da representação enquanto a denúncia não era recebida.

Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que Matheus:

- (A) não poderá se retratar da representação, já que o Código de Processo Penal não admite retratação, independentemente do momento, uma vez realizada a representação perante autoridade policial;
- (B) poderá se retratar da representação, mesmo após o recebimento da denúncia, em razão do princípio da disponibilidade da ação penal pública condicionada à representação;